

RECHEIO, SGPS, S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de Dezembro de 2002 e 2001

(com o respectivo Relatório dos Auditores)

“ A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no nº 3 do artº. 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais. Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais ”.

Índice	Página
I. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO	3
I.1. Enquadramento Macro-económico	3
<i>Economia Mundial.....</i>	<i>3</i>
<i>Portugal.....</i>	<i>3</i>
<i>Polónia</i>	<i>4</i>
I.2. Síntese da Actividade Consolidada do Grupo	5
I.3. Evolução da Actividade Operacional	7
• <i>Enquadramento Sectorial</i>	<i>7</i>
Mercado Internacional Distribuição Alimentar	7
Mercado Grosso Alimentar Portugal.....	7
Mercado Polaco.....	8
• <i>Grosso Portugal.....</i>	<i>8</i>
• <i>Madeira</i>	<i>10</i>
• <i>Retalho Polónia</i>	<i>10</i>
I.4. Desinvestimentos.....	12
I.5. Factos Relevantes do Ano	13
I.6. Perspectivas 2003	13
I.7. Factos subsequentes	14
I.8. Proposta de Aplicação dos Resultados	14
I.9. Anexo ao Relatório Consolidado de Gestão.....	15
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	
Balanço Consolidado (Formato Plano Oficial de Contabilidade)	16
Demonstração Consolidada dos Resultados	18
Demonstração dos Resultados Consolidados por Funções	19
Balanço Consolidado	20
Movimentos ocorridos no Capital Próprio Consolidado	21
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	22
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	23
Certificação Legal de Contas	
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual	

I. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

I.1. Enquadramento Macro-económico

Economia Mundial

O ano de 2002 foi marcado pela incerteza na economia mundial. O arrefecimento da actividade ultrapassou mesmo as expectativas geradas no primeiro trimestre, ao não se confirmarem alguns dos sinais de dinamismo verificados nos primeiros meses do ano. Em termos globais o abrandamento económico foi assim função da degradação da confiança dos consumidores e das empresas e da falta de dinamismo dos mercados financeiros.

A este ambiente, não é estranho o sentimento de insegurança desencadeado pela crise dos atentados de 11 de Setembro de 2001 e prolongado pelo agravamento da situação de instabilidade política e militar no médio oriente e a expectativa de conflito no Iraque, imediatamente transmitida ao preço do petróleo que atingiu um máximo de USD 30,16 no mês de Dezembro.

Esta incerteza contagiou toda a economia mundial que se viu privada das suas principais locomotivas, dado o fraco crescimento económico registado nos Estados Unidos (2,3%) e na União Europeia (0,9%) e a continuação da crise da última década no Japão. Em termos mundiais o produto terá crescido 1,7%, impulsionado mesmo assim pelo nível de trocas comerciais que atingiram USD 13,3 biliões, o que representa um crescimento de 6% face a 2001.

Nos *Estados Unidos*, a expectativa e confiança dos agentes económicos foram enfraquecidas pelos escândalos de natureza financeira que atingiram importantes empresas cotadas. Estes eventos agravaram o desempenho dos mercados financeiros, cujos principais índices apresentaram comportamentos negativos, tendo o Dow Jones perdido 17,2% e o Nasdaq 32,5%. Fruto da incerteza na economia americana, o dólar atingiu, já no final do ano, um valor mínimo de 1,05 contra o Euro, sendo o FED forçado, não obstante, a uma política de acomodação, traduzida na queda das taxas de juro de referência para níveis históricos de 1,25%.

Na *União Europeia*, e em particular na Zona Euro, o nível insustentável de crescimento da procura interna em países importantes da zona Euro, expresso na derrapagem do *déficit* público em França, na Alemanha e na Itália, provocou a adopção de políticas pró-cíclicas, dificultando a recuperação da actividade.

O crescimento da Zona Euro atingiu 0,8%, contra 0,9% na União Europeia, com destaque para a Alemanha onde o crescimento se limitou a 0,4% e o *déficit* público atingiu valores que justificaram a emissão de um alerta prévio pela Comissão Europeia.

A taxa de inflação da Zona Euro manteve-se nos 2,2%, o que permitiu ao Banco Central Europeu seguir uma política de manutenção das taxas de juro a níveis historicamente baixos num ano que assistiu, a 1 de Janeiro, à introdução física da nova moeda.

Não obstante o diferencial de taxas de juro para o dólar, o Euro atingiu no período do final do ano uma taxa de câmbio superior à paridade, tendo recuperado 16 % do seu valor ao longo de 2002.

Também na Europa, a *performance* dos mercados financeiros foi negativa, tendo os principais índices de todos os mercados da Zona Euro apresentado evoluções claramente negativas no ano. O aparecimento da Euronext, fruto da fusão das bolsas de Lisboa, Amsterdão, Bruxelas e Paris e do mercado de derivados de Londres, ficou assim a constituir o principal sinal de mudança dos mercados na Europa.

Portugal

No ano de 2002, o desempenho da economia Portuguesa ficou marcado pelo objectivo central de redução do *déficit* público, que terá mesmo atingido um valor inferior ao objectivo de 2,8% do PIB, fruto da superação das receitas extraordinárias obtidas no final do ano.

A prioridade absoluta conferida à recondução do desequilíbrio das contas públicas para valores compatíveis com o Pacto de Estabilidade e Crescimento da Zona Euro forçou, no entanto, uma marcada degradação das expectativas na economia Portuguesa, que se traduziu por uma queda generalizada dos níveis de confiança e actividade, quer de consumidores quer de investidores. Por este motivo, o abrandamento da procura interna, iniciado já em 1999, não foi interrompido, antes acentuando a sua tendência a partir do segundo trimestre do ano.

A evolução do produto estima-se assim ter sido de 0,75%, abaixo da média de crescimento da União Europeia (0,9%) e essencialmente alimentada pela *performance* externa, onde se estima que a economia Portuguesa tenha registado ganhos de quota de mercado. A degradação das expectativas internas coincidiu com a confirmação dos elevados níveis de endividamento das famílias e das empresas, facto

que agravou ainda mais o contexto negativo da actividade económica, confirmado aliás pelo crescimento da taxa de desemprego para 4,6% e pela virtual estagnação do consumo privado, cujo crescimento terá atingido 1,0%, situação que acontece pelo segundo ano consecutivo.

A evolução dos preços foi de 3,6% em termos médios, com a inflação alimentar a ser no entanto inferior ao valor total, atingindo apenas 1,5%. Este valor representou uma ultrapassagem das metas iniciais de política económica, fruto em particular da subida de preços dos bens não transaccionáveis.

A evolução das taxas de juro directoras do Banco Central Europeu, cuja taxa de refinanciamento atingiu o valor mínimo de 2,75% em Dezembro permitiu, evitar uma situação mais grave no consumo e investimento privados, embora os níveis de confiança dos consumidores tivessem atingido um mínimo histórico no mês de Novembro, inferior mesmo ao da recessão de 1992.

Embora protegida até certo ponto do impacto dos ciclos económicos, a actividade de produção e distribuição de bens de consumo não poderia deixar de sentir o efeito deste ambiente económico. De facto o Indicador de Clima no Comércio apresentou valores negativos de forma consistente ao longo de todo o ano, justificando valores do índice de volume de negócios no comércio de retalho sistematicamente abaixo dos registados em 2001. Esta desaceleração teve particular impacto na área não alimentar, onde o consumo de bens duráveis decresceu ao longo do ano, e reflectiu-se também na transferência de consumo para bens alimentares básicos, em detrimento dos de maior valor acrescentado.

Os mercados financeiros tiveram um dos piores anos de sempre, com o índice PSI20 da Euronext-Lisboa a registar uma queda de 25,6%, recuando para 5824,7 pontos, nível idêntico ao de 1997.

Mais ainda e apesar da entrada em funcionamento da Euronext-Lisboa o n.º de negócios sofreu uma quebra superior a 30%.

Polónia

A economia Polaca apresentou um dinamismo reduzido, tendo o crescimento sido muito semelhante ao do ano anterior, situando-se em torno de 1%. Este valor foi, no entanto, fruto da recuperação verificada na segunda metade do ano, após uma estagnação no primeiro semestre.

A dinâmica da procura interna conseguiu inverter a tendência registada em 2001, com uma evolução positiva, se bem que reduzida, de 0,7%, a que correspondeu um crescimento do consumo das famílias de 2,5%, acima portanto do obtido em 2001 (2,1%). Também a produção industrial teve evolução positiva, com um crescimento anual de 1,5%.

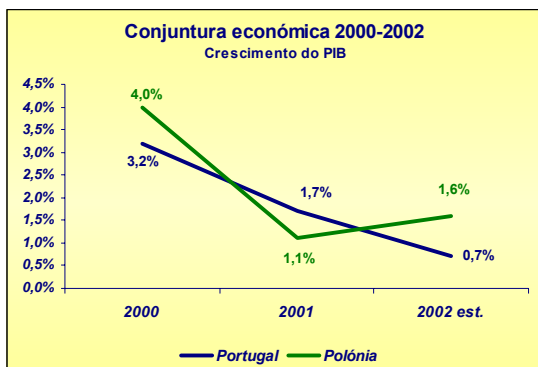
A situação do mercado de trabalho continua, no entanto, a limitar maior dinamismo no consumo privado, tendo-se agravado mais uma vez o nível de desemprego, que atingiu o valor de 19,7%, enquanto o volume de emprego caiu 2,3% no final do ano.

Em face da reduzida dinâmica da procura interna, a economia polaca destacou-se pelo progresso atingido no controlo da inflação que atingiu um nível médio para o ano de 1,9%. A este valor correspondeu no entanto uma deflação de 2,8% na classe de alimentação e bebidas.

Esta *performance* permitiu a continuada redução das taxas de juro nominais, que se espera reforce a tendência de retoma e suporte a redução do nível de desemprego.

O nível do déficit público manteve-se elevado – 6,0% – agravando mesmo a situação relativamente a 2001, facto que poderá vir a colocar problemas a maiores reduções das taxas de juro directoras e, a médio prazo, aos compromissos assumidos no tratado de adesão à União Europeia.

O zloty apresentou uma desvalorização face ao Euro que atingiu os 12,9% no final do ano, evolução que não impediu a degradação do ritmo de crescimento das exportações – 5% – claramente aquém do atingido no ano anterior em resultado da fraca procura nos mercados de destino.



Com a redução das taxas nominais, a fraca dinâmica da economia e os efeitos de contágio internacionais, o mercado de capitais não deixou de reflectir a crise generalizada dos mercados financeiros, com o índice WIG20 da bolsa de Varsóvia a perder 3,4% ao longo do ano.

Finalmente, o ano de 2002 destacou-se pela conclusão dos acordos de adesão da Polónia à União Europeia, que prevêem a concessão de um envelope financeiro no valor de 15,6 mil milhões de euros para o primeiro período após a adesão formal, agora confirmada para o primeiro semestre de 2004.

A conjugação do baixo nível de inflação com a esperada injeção de fundos proporcionada pelo acordo de adesão à União Europeia e a ampla folga no mercado de trabalho deverá permitir um continuado reforço dos níveis de actividade económica neste mercado.

I.2. Síntese da Actividade Consolidada do Grupo

Vendas Consolidadas

As vendas consolidadas do Grupo atingiram 1,9 milhões de euros, o que representa um crescimento de 6,1%% relativamente a 2001, e um crescimento de 8,9% numa base comparável, isto apesar de um contexto macro-económico genericamente desfavorável em Portugal.

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Para o ano findo a 31 de Dezembro de 2002

	Número de lojas		Área de venda (m2)		Δ %
	2002	2001	2002	2001	Like for like
Recheio * ¹	34	32	108,532	107,073	3.3%
Biedronka	638	621	278,877	266,782	17.1%
Eurocash	80	82	125,859	130,528	7.2%

*1 incluindo a plataforma de *food service*

*2 incluindo vendas a *traders*

Nos negócios mais maduros, destaque para a *performance* de vendas do Recheio, com crescimento total de 4,8% e de 9,4% no canal Horeca.

O reforço da *performance* de vendas do Grupo ao longo do ano é também reflectido pela evolução dos principais índices de produtividade. A Biedronka, com fortes *performances* durante todo o ano, apresentou uma progressão positiva e sustentada em todo o período. Por sua vez o Recheio destacou-se pela recuperação notável, no segundo semestre, do índice de vendas por m², reflectindo os importantes ganhos de quota de mercado num contexto de difícil ambiente económico.

Vendas/m2

Área de Negócio	2002			2001			Δ %		
	1º sem.	2º sem.	YE	1º sem.	2º sem.	YE	1º sem.	2º sem.	YE
Recheio (inc. Madeira)	2.57	2.94	5.51	2.58	2.84	5.42	-0.5%	3.5%	1.5%
Biedronka	6.29	6.87	13.15	5.35	5.96	11.31	17.6%	15.3%	16.3%

Unidade: moeda local em milhares

Vendas/FTE

Área de Negócio	2002			2001			Δ %		
	1º sem.	2º sem.	YE	1º sem.	2º sem.	YE	1º sem.	2º sem.	YE
Recheio (inc. Madeira)	180.71	203.88	384.79	168.07	198.28	365.86	7.5%	2.8%	5.2%
Biedronka	386.00	394.33	780.70	319.50	381.29	702.20	20.8%	3.4%	11.2%

Resultados Operacionais**RESULTADOS OPERACIONAIS COMPARÁVEIS ****Para o ano findo a 31 de Dezembro de 2002*

	2002		2001		Δ % 02/01
	Mil. Eur	% Vendas	Mil. Eur	% Vendas	
Vendas Consolidadas	1.842.795		1.692.106		8,9%
Margem	295.984	16,8%	282.837	17,9%	4,6%
Descontos financeiros	11.902	0,8%	11.149	0,7%	6,8%
Custos com meios electrónicos de pagamento	-590	0,0%	-398	0,0%	48,2%
Operating costs	-229.923	-14,6%	-235.842	-15,0%	-2,5%
Provisões	-1.273	-0,1%	-8.988	-0,6%	-85,8%
Cash flow operacional (EBITDA)	76.100	4,8%	48.758	3,1%	56,1%
Amortizações	-48.204	-3,1%	-48.343	-3,1%	-0,3%
Resultado operacional excl. amortização de goodwill (EBITA)	27.896	1,8%	415	0,0%	6614,6%
Amortização de goodwill	-17.216	-1,1%	-17.743	-1,1%	-3,0%
Resultado operacional (EBIT)	10.680	0,7%	-17.328	-1,1%	-161,6%

* excluindo Jumbo

Os principais factores a destacar são o impacto positivo, já em 2002, do reposicionamento estratégico das marcas em Portugal, a consolidação comercial da Biedronka no mercado polaco e os ganhos de eficiência em todas as áreas.

Com ganhos de eficiência significativos destacam-se mais uma vez a Biedronka, cujos custos caíram cerca de 1% em valor, apesar do forte crescimento de vendas, e o Recheio, onde os ganhos de eficiência foram reinvestidos em preço, sustentando o crescimento do negócio e reforçando, como já foi referido, a respectiva quota de mercado.

De salientar ainda a progressão da Biedronka, cujo EBITDA em Euros cresceu cerca de 26%, fruto do crescimento de vendas e do reforço da respectiva margem em 0,3pp, coloca este negócio já numa posição paritária face às operações de Cash&Carry.

Resultados Líquidos e Cash Flow**RESULTADOS LÍQUIDOS CONSOLIDADOS***Para o ano findo a 31 de Dezembro de 2002*

	2002		2001		Δ % 02/01
	Mil. Eur	% Vendas	Mil. Eur	% Vendas	
Vendas Consolidadas	1.900.948		1.792.185		6,1%
Resultado operacional (EBIT)	3.493	0,2%	-32.500	-1,8%	-110,7%
Resultados financeiros	-40.637	-2,1%	-50.482	-2,8%	-19,5%
Itens não recorrentes	-32.690	-1,7%	-1.800	-0,1%	1716,1%
Itens operacionais não recorrentes	-79	0,0%	-1.800	-0,1%	-95,6%
Ganhos/Perdas em alienações	-35.377	-1,9%	0	0,0%	
Itens financeiros não recorrentes	2.766	0,1%	0	0,0%	
Resultados correntes	-69.834	-3,7%	-84.782	-4,7%	-17,6%
Imposto sobre o rendimento	-473	0,0%	-1.176	-0,1%	-59,8%
Impostos diferidos	15.315	0,8%	-1.871	-0,1%	-918,5%
Resultado líquido	-54.992	-2,9%	-87.829	-4,9%	-37,4%
Interesses minoritários	-2.137	-0,1%	-2.843	-0,2%	-24,8%
Resultado líquido atribuível a Recheio	-57.129	-3,0%	-90.672	-5,1%	-37,0%

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo Recheio de 57 milhões de euros de prejuízo está afectado por perdas não recorrentes no valor de 33 milhões de euros, que incluem, entre outros itens, as menos valias relativas à venda dos hipermercados Jumbo, na Polónia.

O resultado está ainda afectado pela contribuição operacional do negócio alienado (Jumbo), num total de 7 milhões de euros de prejuízos.

O ano de 2002 ficou marcado pelo facto dos negócios que agora constituem o portfolio de Recheio, SGPS, S.A. apresentarem níveis de retorno positivo, com destaque para a Biedronka que o atingiu pela primeira vez e para o Recheio cuja *performance* lhe permite atingir um retorno superior a 20%.

O crescimento de vendas numa base *like-for-like*, o controlo do *working capital* e o esforço de racionalização de activos não produtivos, em particular nas operações em Portugal, contribuíram assim também para a *performance* atingida.

I.3. Evolução da Actividade Operacional

- **Enquadramento Sectorial**

Mercado Internacional Distribuição Alimentar

O ano de 2002 constituiu um período marcado pela consolidação de operações da generalidade das grandes empresas presentes nesta indústria, após um longo período de expansão internacional e aquisições que se estendeu pela segunda metade da última década.

Esta consolidação envolveu a necessidade de focar a gestão operacional na obtenção de ganhos de eficiência e na captura das sinergias reais entre insígnias, formatos e geografias, deixando para segundo plano o desenvolvimento para novas geografias ou novas áreas como o *e-commerce*.

Prosseguiu, no entanto, o processo de convergência entre indústrias, com os operadores mais dinâmicos a entrarem em novas áreas de produto ou serviço. São exemplo disto a crescente penetração das empresas de distribuição nos mercados de combustíveis, automóveis e viagens.

O maior destaque conferido à consolidação operacional não é estranho ao ambiente económico de pessimismo que caracterizou a evolução do consumo privado a nível mundial e que provocou um aumento geral do nível competitivo dos mercados, fruto da disputa por um consumidor mais retraído e sensível a propostas agressivas de valor.

Por outro lado, as dificuldades económicas e sociais atravessadas na América Latina e a crescente saturação e extrema competitividade dos mercados da Europa Central, com destaque para a Polónia, provocaram dificuldades pontuais numa indústria cujo processo de internacionalização é recente e onde a entrada em novos mercados se fez frequentemente por aquisição e a custos por vezes elevados.

Em face da conjuntura negativa de consumo, prosseguiu a expansão dos formatos de *discount*, que perderam em definitivo a sua natureza exclusivamente alemã, sendo hoje operações importantes em operadores como o Carrefour, Casino e Mercadona.

Mercado Grosso Alimentar Portugal

O mercado grossista alimentar em Portugal apresenta-se segmentado entre os canais de retalho tradicional e de indústria hoteleira, que em conjunto registaram um valor de vendas de 2.600 milhões de euros.

Ambos os canais são constituídos maioritariamente por empresas de pequenas dimensões de gestão familiar ou individual; sendo o retalho tradicional formado por supermercados pequenos, não pertencentes a cadeias, livre serviços e mercearias e a indústria hoteleira composta por cafés, *snacks*, restaurantes, hotéis e bares.

Em 2002, o canal de retalho tradicional decresceu em vendas 0.5% e 3.4% em pontos de venda, com um acréscimo de 1.5% na venda média por ponto de venda. Esta evolução indica que o processo de reestruturação provocado pela expansão do retalho moderno neste canal seleccionou já os operadores mais fortes e bem apetrechados.

Ao contrário do retalho tradicional, o canal de indústria hoteleira tem vindo a apresentar sucessivos crescimentos, quer em termos de pontos de venda, quer em valor de vendas, registando em 2002 crescimentos na ordem dos +2.1% e +4.6%, respectivamente. Trata-se de um canal de grande dimensão, cinco vezes superior ao de retalho tradicional e onde o potencial de penetração dos *cash & carry*'s é bastante elevado.

O mercado grossista apresenta um elevado nível de fragmentação, estando assente em inúmeros operadores locais e regionais, cerca de 85 companhias e 180 pontos de venda, mas onde apenas 5 cadeias representam 70% do total de vendas.

Mercado Polaco

O mercado de retalho alimentar continuou a registar um elevado número de aberturas de lojas nos diversos formatos provocando um aumento significativo da pressão concorrencial.

No formato de Hipermercados abriram mais 21 lojas, fixando o seu número em 144 no final do ano, com cobertura da totalidade das principais cidades do País. Assistiu-se também aos primeiros movimentos de consolidação, com a aquisição dos Hipermercados Hit pela Tesco e dos Hipermercados Jumbo pela Ahold.

No formato Supermercados assistiu-se à abertura de mais 36 lojas que elevaram para 505 o número destas unidades no mercado. O segmento de lojas alimentares tipo *Discount* foi, no entanto, o que apresentou maior crescimento, tendo o parque de lojas aumentado em 115 unidades, fixando o seu número em 1.125 no final do ano.

Todas as principais empresas internacionais de distribuição alimentar, com excepção da Wal Mart, estão presentes no mercado Polaco. A área total de vendas no mercado indica mesmo um nível de saturação de área de vendas por habitante comparável com o de mercados Europeus maduros, uma vez ajustado para o diferencial de poder de compra. Por esta razão, a Polónia continua a constituir o mercado mais concorrencial de toda a Europa Central.

A pressão concorrencial, em paralelo com a redução do dinamismo económico verificado em 2002, resultou numa forte pressão sobre os preços de venda, assistindo-se a um fenómeno de deflação na generalidade das categorias de produtos alimentares.

A evolução do padrão de consumo continuou, por outro lado, a privilegiar os formatos de proximidade, apesar da enorme expansão de grandes formatos, especialistas e generalistas, normalmente associados a complexos comerciais de grande dimensão.

No domínio legislativo saliente-se a introdução da nova lei de concorrência, cuja aplicação, apesar de não ter sido suspensa, não revelou consequências práticas relevantes, em resultado da contestação provocada por algumas das suas disposições, que violam preceitos adquiridos na legislação de concorrência da União Europeia.

O enquadramento legal da actividade de retalho alimentar manteve por isso uma natureza na generalidade não restritiva, dentro dos procedimentos de licenciamento já anteriormente em vigor.

• **Grosso Portugal**

RECHEIO CASH & CARRY¹

-Da nossa missão...

"O nosso objectivo é responder a todas as necessidades dos clientes de retalho tradicional e do canal horeca. Damos aos nossos clientes "value for money" e por isso acreditamos em relações de longo prazo, oferecendo a cada segmento o valor mais adequado às suas necessidades. Os nossos colaboradores, a sua motivação, competência e dedicação são o melhor instrumento de construção daquelas relações, seja com clientes seja com fornecedores. O foco de todos no cliente e na eficiência da empresa são a melhor garantia de rentabilidade e retorno ao investimento dos nossos accionistas."

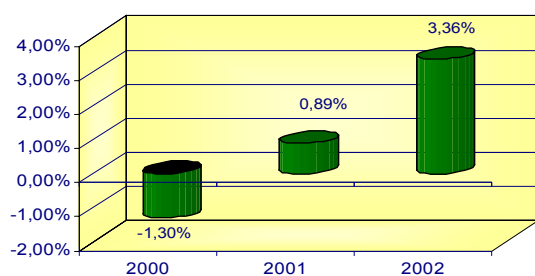
Em 2002 o Recheio atingiu um volume de vendas de 568,3 milhões de euros, o que representa um crescimento de 4,8% face a 2001. De referir que esta evolução (26,3 milhões de euros) foi alcançada quase exclusivamente no mesmo parque de lojas, o que significou um aumento substancial da compra média dos clientes do Recheio.

Com esta *performance*, o Recheio apresentou um aumento de 0,8 pp de quota de mercado e um crescimento 4 vezes superior ao do mercado².

Relativamente à evolução de vendas torna-se no entanto necessário analisar a contribuição específica de cada um dos canais de negócio.

¹Consolidado das seguintes Companhias: JL Pereira- Recheio Cash & Carry, Imocash, Laranfigo, Noredis, A Soares Mendes, JPS- Gestora de Imóveis e Bivol

²De acordo com as estimativas da companhia (calculadas a partir da extrapolação de dados Nielsen).

Crescimento Like for Like das vendas

O canal de retalho, registou um crescimento de 2,2% face a 2001, evolução que superou as expectativas iniciais, em particular na zona centro do país, embora todas as zonas de vendas apresentassem crescimentos durante o ano.

O canal de indústria hoteleira, servido pelas lojas Recheio (excluindo portanto a plataforma de *Food Service*) alcançou um crescimento de 6,9% face a 2001. Para este valor contribuíram positivamente as Áreas Sul (+12,8%) e Centro (+7,0%) sendo que a Área Norte registou um decréscimo de 2,7%. O reforço da força de vendas, uma aposta num sortido e

serviço mais adequados às necessidades deste segmento e o aumento da capacidade de distribuição de mercadorias têm contribuído positivamente para a fidelização dos clientes e para o consequente crescimento de negócios neste canal.

O lançamento da primeira plataforma de *Food service* Masterchef em Janeiro de 2002 na cidade do Porto, com a constituição da respectiva unidade de negócio no Recheio, constituiu um dos principais marcos do ano. Com este novo conceito de negócio, o Recheio *Cash & Carry* dá mais um importante passo no seu posicionamento junto da indústria hoteleira enquanto principal opção de fornecimento para este segmento.

O conceito da plataforma envolve a oferta de *full service* - tudo o que o cliente necessita, numa só encomenda, com uma só entrega, no momento certo - a partir de uma operação comercial e logística autónoma baseada nas plataformas. Estas plataformas caracterizam-se por cobrir todo o processo de compra, desde a encomenda até à entrega.

Os resultados obtidos na plataforma do Porto permitiram já comprovar o potencial do negócio de *Food Service* MasterChef, devendo este constituir uma ferramenta fundamental para alcançar a liderança do canal de indústria hoteleira.

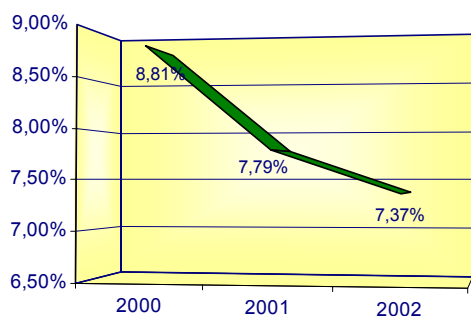
Este trabalho exigiu a reforma da estrutura de vendas para a Indústria Hoteleira, seja pela melhoria e aumento dos recursos, seja pela redefinição de políticas e sistemas de trabalho ao nível dos objectivos e remuneração.

O crescimento do negócio levou ainda ao reforço da frota de distribuição em 40%, sendo de salientar ter este reforço sido feito com um aumento de apenas 4% no respectivo custo. Estas alterações verificaram-se nos dois últimos meses do ano, pelo que, os seus efeitos práticos incidirão principalmente em 2003.

A *performance* de vendas obtida nos diversos canais foi ainda suportada por um programa coerente de iniciativas nas áreas comerciais e operacionais, das quais se destacam o reforço da política de *shopping* que abarcou os concorrentes nacionais e locais, o reforço da agressividade da estratégia de EDLP (*Every Day Low Price*), procurando proporcionar maior competitividade aos clientes e a gestão sistemática das rupturas, como meio de não perder vendas e aumentar a satisfação e fidelidade dos clientes.

A manutenção de uma política de poupança racional a todos os níveis, permitiu manter os custos operacionais controlados e contribuiu para o aumento da competitividade via redução das margens praticadas.

Não tendo ocorrido a abertura de qualquer loja à excepção da plataforma de *food service*, o ano foi contudo marcado pelos investimentos na loja de Leiria, cuja abertura se deu já no início do ano de 2003.

Custos Operacionais (% de vendas)

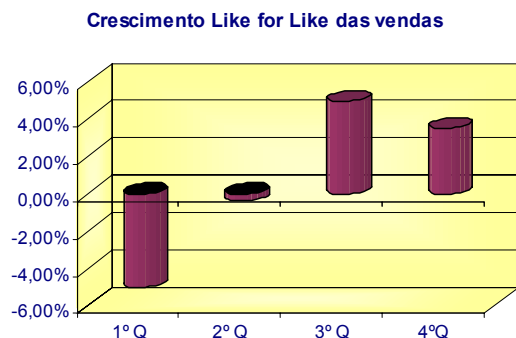
Com a melhoria da eficiência operacional, quer ao nível de loja quer ao nível central, o Recheio conseguiu continuar com sucesso a sua estratégia de elevada agressividade, tendo investido em margem cerca de 0,4pp, e em simultâneo pôde ultrapassar o cumprimento dos objectivos de *cash flow* operacional (EBITDA), o qual atingiu o valor de 6,5% das vendas.

Também ao nível do *Working Capital* se verificou uma melhoria significativa, tendo este apresentado em 2002 uma redução de cerca de 8,7 milhões de euros face a 2001. A melhoria ao nível da gestão do *Working Capital*, juntamente com a concretização do programa de "alienação de activos não operacionais", dos quais resultou em 2002 uma

receita líquida na ordem dos 17 milhões de euros, e ainda o reforço dos Capitais Próprios em cerca de 10 milhões de euros, reflectiu-se positivamente sobre os níveis de liquidez do Recheio Cash&Carry, que viu o seu endividamento diminuir em cerca de 67 milhões de euros quando comparado com o final do ano anterior.

• **Madeira**

A actividade das operações de Pingo Doce e Recheio na região da Madeira foi condicionada pelo abrandamento da actividade turística, facto que se verificou de forma continuada ao longo do ano.



Apesar da conjuntura, o parque de lojas de retalho e grosso no mercado aumentou, tendo-se verificado a abertura de dois novos supermercados (entre eles um Pingo Doce) e um *Cash&Carry*.

As operações no mercado da Madeira apresentaram um crescimento total de 1,4% e 1% em *like for like*. As dificuldades do mercado turístico foram assim compensadas com a introdução de componentes não alimentares no sortido de lojas seleccionadas, permitindo um significativo aumento da compra média no retalho.

Paralelamente a operação de grosso realizou um esforço significativo na captura de quota de mercado

nos clientes retalhistas, o que lhe permitiu também ultrapassar o menor dinamismo do canal de hotelaria.

A abertura da nova unidade Pingo Doce no concelho de Câmara de Lobos foi acompanhada pelo encerramento da unidade de S. Roque, cuja *performance* não atingia os mínimos exigidos pelo Grupo. Este activo foi utilizado na reconversão da estrutura logística de toda a actividade do Grupo nesta região.

Esta reconversão, implicou o abandono de um armazém arrendado, o equipamento de um armazém de raiz para perecíveis e de um outro para artigos *slow movers* no referido imóvel da loja de S. Roque. Com esta acção, a operação atinge o padrão de qualidade exigido para o posicionamento das operações do Grupo, bem como a escala necessária para suportar o seu crescimento sustentado de acordo com os planos de médio prazo para este mercado.

A excelente *performance* no que se refere a quebra - uma redução de 34% face a 2001 - e custos operacionais - que apresentaram uma redução de 5,1%, permitiu o reforço do *cash flow* e de resultado operacional desta operação.

• **Retalho Polónia**

BIEDRONKA

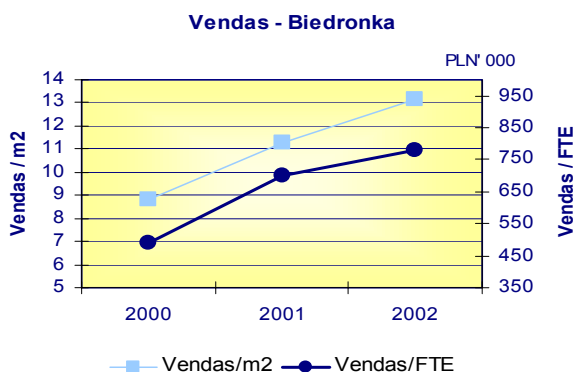
Da nossa missão...

"Biedronka é a cadeia de lojas alimentares que oferece um sortido limitado de produtos cuidadosamente seleccionados com grande qualidade, para as necessidades diárias, sempre a um preço baixo, todos os dias, focado na satisfação dos seus clientes. Todos os nossos colaboradores devem garantir que a companhia opera com grande eficiência e custos baixos".

A Biedronka encerrou o ano de 2002 com 638 lojas, distribuídas por todo o mercado Polaco. No cumprimento da sua missão, a cadeia pretende proporcionar a melhor solução para as necessidades alimentares diárias de toda a população polaca, numa relação caracterizada pela confiança no Preço e na Qualidade.

Esta confiança assenta numa política rigorosa de Controle de Qualidade que se encontra desenvolvida a montante e a jusante, em particular na selecção e no controlo dos fornecedores e dos produtos de marca própria.

A Biedronka é também uma operação focada no crescimento contínuo e sustentado, tendo apresentado um aumento de 20,8% das vendas totais e de 17,1% no mesmo parque de lojas (*like for like*). Este crescimento permitiu reforçar a sua liderança no mercado alimentar Polaco, e levou a uma melhoria contínua da eficiência em todas as áreas do negócio, com a consequente redução de custos e aumento da produtividade. Por outro lado, o fortalecimento da liderança na oferta do preço mais baixo permitiu ainda oferecer aos clientes a confiança de comprarem qualidade a preço baixo todos os dias, tendo a Biedronka registado um total de 245 milhões de clientes ao longo do ano.

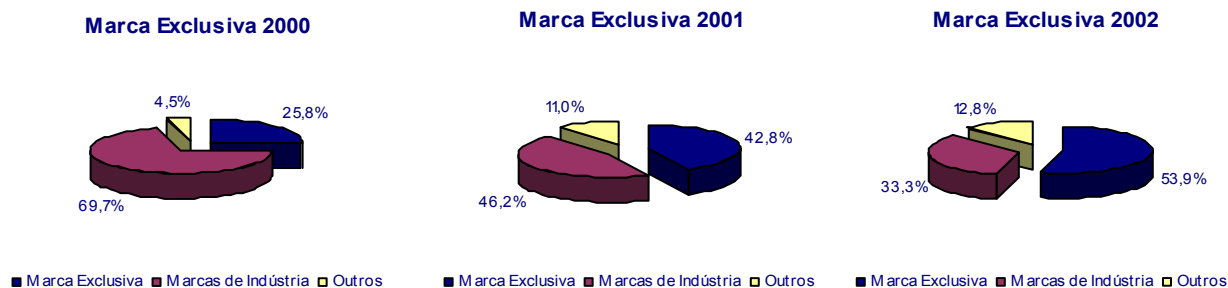


O incremento das vendas correspondeu à conjugação do crescimento do aparelho físico com o aumento contínuo da densidade de vendas, fruto do aumento de tráfego e visitas às lojas em 22,3%. A expansão do aparelho físico cifrou-se em 20 novas lojas, com destaque para a abertura, em Dezembro, da primeira loja do novo conceito Biedronka, desenvolvido durante 2001 e início de 2002. O esforço de crescimento foi completado com a remodelação de 58 lojas do parque existente.

A *performance* de vendas foi ainda resultado de um esforço concertado na procura do aumento de satisfação dos clientes, com destaque para a racionalização e optimização do sortido e o

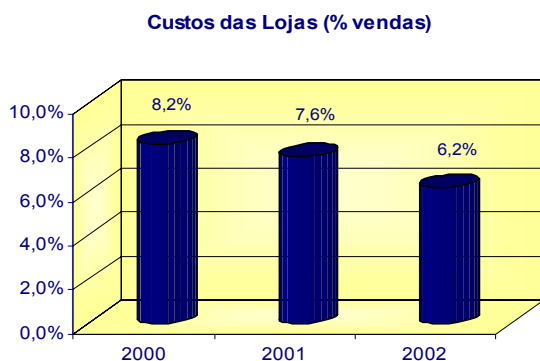
fortalecimento da liderança em preço sobre todo o mercado, liderança que forçou a uma deflação dos preços da operação de cerca de 5,6% ao longo do ano.

No trabalho realizado no sortido, destacou-se a evolução das marcas exclusivas com o lançamento de 180 novos produtos e o relançamento de outros 280, que corresponderam a uma aposta muito forte de desenvolvimento do *packaging* da embalagem de transporte como elemento diferenciador, melhorando o *merchandising* e aumentando a eficiência na reposição.



Foi igualmente realizado o desenvolvimento das categorias de perecíveis, nomeadamente frutas e vegetais, lacticínios, charcutaria e frango e fortalecido o conceito de *In&Out* nos produtos não alimentares. Nestas áreas revelou-se fundamental o contributo do programa de *procurement* conjunto com o departamento de *Sourcing* do Grupo em Portugal.

A liderança de preço foi possível pelos progressos realizados ao nível da eficiência e produtividade em todas as áreas da operação. Assim, a melhoria de operação nas lojas permitiu a significativa redução dos custos operacionais. A optimização dos fluxos e processos logísticos permitiram ganhos assinaláveis de eficiência nesta área crítica da operação e finalmente o desenvolvimento dos sistemas de informação e a racionalização das estruturas permitiram ganhos de eficiência notáveis ao nível do *headoffice*, mantendo em simultâneo o controlo de um negócio em grande crescimento.



Também na operação de loja todas as acções realizadas visaram melhorar a eficiência e aumentar a produtividade com o intuito de melhor servir os clientes. Neste sentido foi estabilizado o sortido e redefinido o novo *layout* standard nas lojas e introduzidos processos semi-automatizados de reaprovisionamento.

Em consequência, os custos operacionais de loja apenas cresceram 2,1% - apesar do crescimento de 17,1% nas vendas -, tendo a produtividade (medida por vendas por empregado) aumentado em 11,2%.

O trabalho realizado ao nível dos sistemas de informação foi totalmente orientado para o suporte à optimização dos processos do negócio, à melhoria dos sistemas de comunicação e à construção de instrumentos de informação necessária à tomada de decisão, em paralelo, aliás, com idêntico desenvolvimento ocorrido na operação de retalho do Grupo em Portugal.

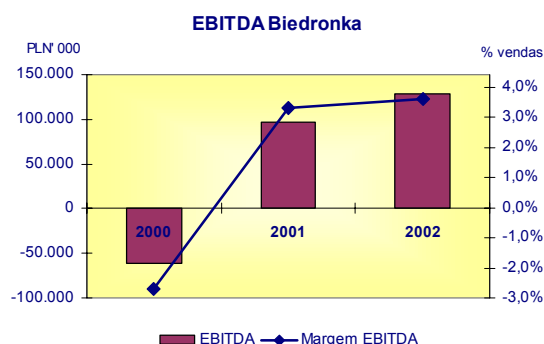
A implementação do sistema WMS SAP em todos os centros de distribuição e a melhoria do sistema do *front office* de loja, agora *online* com o sistema de *back office*, permitiram implementar o novo processo de reaprovisionamento da loja, constituíram os pilares de actuação nesta área.

Finalmente e em consonância com Portugal, foi concluída a implementação do *Disaster Recovery Plan*, permitindo ter a operação a coberto de qualquer risco de bloqueamento de sistemas.

Foram por isso adaptados todos os *layouts* dos centros de distribuição, otimizando os circuitos de trabalho, renovada a frota logística dotando-a dos *standards* necessários à operação comum de artigos ambiente, perecíveis e congelados, e implementado um novo sistema de gestão de rota que permitiu a optimização final de todo o processo.

Com estas iniciativas, foi possível ainda reduzir substancialmente os *leadtimes* de entrega às lojas, aumentando em simultâneo a sua pontualidade. Graças à maior eficiência conseguida, os custos de transporte e logística registaram um aumento de 17,2%, contra uma progressão de volumes transportados de 40,4%.

Todas as alterações introduzidas exigiram um particular esforço na área de recursos humanos da operação. O redimensionamento da estrutura central, a preparação e criação das estruturas regionais em que se baseia o modelo de funcionamento de Biedronka, o fortalecimento da política de *management development* e *career planning* em articulação com as exigências das políticas da Holding do Grupo e a implementação de um novo sistema de bónus nas áreas comercial e de operações de loja constituíram as actividades que fundamentaram o sucesso obtido e permitiram preparar a operação para o futuro.



Fruto do sucesso obtido nas medidas orientadas para os ganhos de eficiência e produtividade, o EBITDA da companhia cresceu 32,7%, face ao ano anterior.

Prosseguiu também a política de racionalização de *stocks* iniciada no ano anterior, e estritamente ligada às actividades de optimização de sortido e às alterações nos sistemas e métodos de reaprovisionamento nas lojas e centros de distribuição. O nível de *stocks* baixou 3,3 dias comparativamente com o ano anterior o que, aliado ao efeito conjugado das restantes rubricas, levou à melhoria do *Working Capital* médio em 12,1 dias de vendas.

As melhorias verificadas a nível operacional (*Working Capital* e EBITDA) permitiram gerar fundos que se consubstanciaram no envio de cerca de 53 milhões de euros para reembolso aos accionistas.

I.4. Desinvestimentos

Em 26 de Agosto celebra-se um acordo de princípios com vista à alienação dos 5 hipermercados Jumbo na Polónia à Ahold Polska Sp. zo.o. A operação é concluída em 31 de Outubro, após obtenção das necessárias aprovações das Autoridades da Concorrência e do Ministério do Interior polacos.

Já em Fevereiro, é vendida a participação na cadeia de cash & carry polaca Eurocash, em operação de *Management buy-out*, a um grupo de antigos e actuais colaboradores desta empresa.

I.5. Factos Relevantes do Ano

PORTUGAL

Janeiro

Abertura da 1ª Plataforma de *Food Service* do Recheio

Setembro

Centralização logística de Frescos do Recheio

Lançamento da gama Euroshopper no Recheio

Outubro

Lançamento da nova operação logística na Madeira

POLÓNIA

Fevereiro

Início da renovação da frota logística de Biedronka

Roll out do novo *Layout* em todas as lojas

Abril

Marcas exclusivas atingem 50% das vendas totais de Biedronka

Implementação do WMS SAP no armazém de Wyskow

Maio

Introdução do 500º produto marca exclusiva

Introdução do *Portable Data Terminal* em todas as lojas Biedronka

Julho

Criação da primeira Região Integrada de Biedronka em Wyskow

Agosto

Início da nova Campanha de Publicidade – “Fly to Biedronka”

Setembro

Separação do Eurocash / Jeronimo Martins Dystrybucya

Dezembro

Lançamento do novo Conceito de loja Biedronka em Opole Lubelski

I.6. Perspectivas 2003

A aposta do Grupo para 2003, orienta-se para a racionalização de processos, com objectivos claros de aumento de eficiência e produtividade das operações e das suas áreas de serviços partilhados.

Num ano que não se prevê ser marcado por um ambiente económico de recuperação significativa, sobretudo no que respeita ao consumo das famílias e taxas de desemprego, tanto em Portugal como na Polónia, as operações estarão também particularmente focadas no reforço das posições de liderança já detidas.

O nível de competitividade atingida pelo Recheio, que lhe permite sustentar o seu posicionamento de *cash&carry* com os melhores preços do mercado e o desenvolvimento e consolidação das operações direccionadas para o canal de *food service* permitem antever a continuação da excelente *performance* deste negócio, com novo aumento de penetração no canal *Horeca*, apesar de algum abrandamento que se perspectiva para este mercado, fruto da conjuntura económica.

No mercado polaco, a Biedronka deverá reforçar o seu desempenho operacional, sustentada na expansão e remodelação do seu parque de lojas e numa estrutura de gestão já perfeitamente adequada ao seu posicionamento, apresentando-se como líder sustentado do seu negócio no momento de adesão deste mercado à União Europeia.

Paralelamente às perspectivas de índole operacional, o Grupo manterá uma rigorosa política de investimentos, não comprometendo a expansão dos negócios e assegurando o nível mais adequado de investimentos em remodelação e manutenção. Desta forma, perspectiva-se a redução continuada do nível de endividamento, reforçando a sua sustentabilidade face aos fundos próprios gerados pelas operações do Grupo.

I.7. Factos subsequentes

Em 3 de Fevereiro foi assinado um acordo com vista à alienação do Eurocash Sp. zo.o a um grupo de actuais e antigos colaboradores desta empresa, em operação de management buy-out concluída com efeitos a 1 de Março de 2003. Estima-se que o valor desta operação ascenda a um montante aproximado de cerca de 30 milhões de euros, cujo pagamento será diferido e calendarizado em função da *performance* do próprio negócio.

I.8. Proposta de Aplicação dos Resultados

No exercício de 2002, o Recheio, SGPS, SA apresentou um prejuízo consolidado de 57.128.987,17 euros e um lucro nas contas individuais de 5.780.722,16 euros.

O Conselho de Administração irá propor em Assembleia Geral de Accionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

Reservas legais	289.036,11 euros
Resultados transitados	5.491.686,05 euros

Lisboa, 6 de Março de 2003

O Conselho de Administração

I.9. Anexo ao Relatório Consolidado de Gestão**INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA**

(De acordo com a disposição no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Nenhum dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização é titular quer de acções quer de obrigações da sociedade

LISTA DOS ACCIONISTAS QUE, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, ERAM TITULARES DE ACÇÕES AO PORTADOR REPRESENTATIVAS DE, PELO MENOS, UM DÉCIMO, UM TERÇO OU METADE DO CAPITAL DA EMPRESA

(De acordo com o disposto no artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	Acções detidas em 31.12.02	% Capital	% Direitos Voto
Servicompra Consultores de Aprovisionamento, Lda	25.207.500	84,025%	84,025%
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	4.777.500	15,925%	15,925%

RECHEIO, SGPS, S.A.
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

ACTIVO	2002		2001	
	ACTIVO BRUTO	AMORT/PROV	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO
IMOBILIZADO				
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de instalação	215	155	60	320
Despesas de investigação e desenvolvimento	20.824	11.055	9.769	15.316
Propriedade industrial e outros direitos	7.477	5.412	2.065	2.980
Trespases	7.055	2.514	4.541	4.914
Diferenças de consolidação	330.963	78.032	252.931	293.419
	366.534	97.168	269.366	316.949
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Terrenos e recursos naturais	47.840	-	47.840	54.836
Edifícios e outras construções	219.855	59.255	160.600	213.635
Equipamento básico	79.400	46.059	33.341	45.868
Equipamento de transporte	25.073	15.192	9.881	7.647
Ferramentas e utensílios	25.585	12.393	13.192	16.591
Equipamento administrativo	42.801	29.350	13.451	16.039
Outras imobilizações corpóreas	2.386	1.648	738	992
Imobilizações em curso	8.483	-	8.483	4.547
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	429	-	429	2.368
	451.852	163.897	287.955	362.523
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Investimentos em imóveis e títulos	490	-	490	21.989
	490	-	490	21.989
CIRCULANTE				
EXISTÊNCIAS				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.341	-	1.341	1.840
Mercadorias	129.251	4.365	124.886	129.519
	130.592	4.365	126.227	131.359
DÍVIDAS DE TERCEIROS – médio e longo prazo				
Outros devedores	7.680	-	7.680	-
	7.680	-	7.680	-
DÍVIDAS DE TERCEIROS – curto prazo				
Clientes conta corrente	20.244	6.407	13.837	14.269
Clientes – títulos a receber	25	-	25	-
Clientes de cobrança duvidosa	16.129	15.772	357	105
Empresas participadas e associadas	16.237	-	16.237	241
Adiantamentos a fornecedores	1.171	-	1.171	1.853
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	1.378	-	1.378	1.702
Estado e outros entes públicos	4.200	-	4.200	4.993
Outros devedores	22.414	13.145	9.269	7.589
	81.798	35.324	46.474	30.752
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
Outros títulos negociáveis	-	-	-	-
Outras aplicações de tesouraria	-	-	-	-
	-	-	-	-
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA				
Depósitos bancários	53.668	-	53.668	62.859
Caixa	556	-	556	504
	54.224	-	54.224	63.363
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Impostos diferidos	63.966	-	63.966	50.426
Acréscimos de proveitos	29.049	-	29.049	48.392
Custos diferidos	5.659	-	5.659	8.964
	98.674	-	98.674	107.782
Total de amortizações		261.065		
Total de provisões		39.689		
Total do activo	1.191.844	300.754	891.090	1.034.717

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 e 2001

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2002	2001
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	150.000	150.000
Prestações suplementares	354.014	29.014
Diferenças de consolidação	204	204
Reservas de reavaliação	15.517	11.570
Reservas legais	3.959	4.934
Diferença de conversão cambial	9.426	29.558
Resultados transitados	(373.349)	(285.299)
Resultados líquido do exercício	(57.129)	(90.672)
Total do capital próprio	102.642	(150.691)
INTERESSES MINORITÁRIOS	1.485	2.205
PASSIVO		
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	8.256	8.588
DÍVIDAS A TERCEIROS – médio e longo prazo		
Empréstimos por obrigações não convertíveis	99.760	149.640
Dívidas a instituições de crédito	150.065	150.000
Empresas participadas e participantes	-	152.632
Fornecedores de imobilizado conta corrente	4.143	3.408
	253.968	455.680
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO		
Empréstimos por obrigações não convertíveis	49.880	-
Dívidas a instituições de crédito	53.580	119.315
Fornecedores conta corrente	342.662	320.901
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	7.405	9.541
Empresas participadas e participantes	-	180.714
Adiantamentos de clientes	158	214
Fornecedores de imobilizado conta corrente	9.653	7.199
Estado e outros entes públicos	4.274	4.356
Outros credores	18.610	24.876
	486.222	667.116
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Impostos diferidos	9.955	6.929
Acréscimos de custos	18.226	33.109
Proveitos diferidos	10.336	11.781
	38.517	51.819
Total do passivo	786.963	1.183.203
Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo	891.090	1.034.717

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DE 2002 E 2001

	2002		2001	
CUSTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
Mercadorias	1.771.400		1.668.444	
Matérias	-	1.771.400	-	1.668.444
Fornecimentos e serviços externos		145.215		154.388
Custos com o pessoal:				
Remunerações	69.214		77.857	
Encargos sociais:				
Pensões	-		3	
Outros	20.624	89.838	21.520	99.380
Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo	67.646		70.956	
Provisões	1.304	68.950	11.077	82.033
Impostos	5.282		5.045	
Outros custos e perdas operacionais	1.330	6.612	1.161	6.206
(A)		2.082.015		2.010.451
Perdas em empresas do grupo e associadas				
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	-		7	
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas associadas	7.395		15.799	
Outros	38.462	45.857	36.466	52.272
(C)		2.127.872		2.062.723
Custos e perdas extraordinários		40.928		7.438
(E)		2.168.800		2.070.161
Imposto sobre o rendimento do exercício:				
IRC	1.209		1.230	
Impostos diferidos	(15.315)	(14.106)	1.871	3.101
(G)		2.154.694		2.073.262
Interesses minoritários		2.137		2.843
Resultado consolidado do exercício		(57.129)		(90.672)
		2.099.702		1.985.433
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas:				
Mercadorias	1.893.349		1.786.657	
Produtos	-		-	
Prestações de serviços	7.599	1.900.948	5.528	1.792.185
Variação da produção	-		-	
Trabalhos para a própria empresa	-		-	
Proveitos suplementares	173.283		173.280	
Subsídios à exploração	8		13	
Outros proveitos e ganhos operacionais	762	174.053	1	173.294
(B)		2.075.001		1.965.479
Ganhos em empresas do grupo e associadas				
Rendimentos de participações de capital:				
Relativos a empresas associadas				
Relativos a outras empresas	18		-	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:				
Outros	4		40	
Outros juros e proveitos similares:				
Outros	19.276	19.298	12.502	12.542
(D)		2.094.299		1.978.021
Proveitos e ganhos extraordinários		5.404		7.411
(F)		2.099.703		1.985.432
Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =		(7.014)		(44.972)
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =		(26.559)		(39.730)
Resultados correntes: (D) - (C) =		(33.573)		(84.702)
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		(69.097)		(84.729)
Resultado consolidado com os interesses minoritários: (F) - (G)		(54.991)		(87.830)

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR FUNÇÕES
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

	Notas	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	4	1.900.948	1.792.185
Custo das vendas		(1.780.737)	(1.716.076)
Proveitos e custos suplementares	7	193.406	231.536
Margem		313.617	307.645
Custos de distribuição		(242.284)	(264.856)
Custos administrativos		(49.856)	(55.925)
Outros custos operacionais	8	(17.984)	(19.364)
Resultados operacionais não usuais	12	(79)	(1.800)
Resultados operacionais	3	3.414	(34.300)
Custos financeiros líquidos	10	(37.871)	(50.483)
Ganhos/perdas em empresas associadas		-	-
Ganhos/perdas em outros investimentos		-	1
Ganhos/perdas na alienação de operações descontinuadas	6	(35.377)	-
Resultados correntes		(69.834)	(84.782)
Imposto sobre o rendimento do exercício	11	14.842	(3.047)
Resultados correntes antes de interesses minoritários		(54.992)	(87.829)
Interesses minoritários	21	(2.137)	(2.843)
Resultados líquidos	22	(57.129)	(90.672)
Resultado básico por acção – Euros	23	(1,9043)	(3,0224)

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

Alteração na apresentação da demonstração por funções

Em 2002 a margem apresentada na demonstração dos resultados por funções passou a incluir os proveitos e custos suplementares resultantes respectivamente de ganhos e perdas com a distribuição de produtos de consumo, nomeadamente rappel, alugueres de espaço, participações em aniversários, etc. Em 2001 estes proveitos e custos eram apresentados em "outros proveitos operacionais" e em "custos de distribuição", respectivamente, tendo sido feito o respectivo *restatement* na demonstração por funções. Esta alteração resulta da tendência para a negociação de preços de compra líquidos destes ganhos, o que iria afectar a comparabilidade da margem entre exercícios.

RECHEIO, SGPS, S.A.
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

	Notas	2002	2001
Activo			
Imobilizações corpóreas	13	287.955	362.523
Imobilizações incorpóreas	14	269.366	316.949
Outros investimentos		490	452
Devedores não correntes	16	7.680	0
Impostos diferidos activos	18.1	63.966	50.426
Total de activos não correntes		629.457	730.350
Existências	17	126.227	131.359
Activos fixos detidos para venda	15	-	21.537
Impostos a recuperar	18.3	4.200	4.993
Devedores e acréscimos e diferimentos	19	76.982	83.115
Caixa e equivalentes de caixa	20	54.224	63.363
Total de activos correntes		261.633	304.367
Total do activo		891.090	1.034.717
Capital próprio e passivo			
Capital		150.000	150.000
Prestações suplementares de capital		354.014	29.014
Diferenças de consolidação		204	204
Reservas	22.1	24.517	39.897
Resultados retidos		(426.093)	(369.806)
Total do capital próprio		102.642	(150.691)
Interesses minoritários	21	1.485	2.205
Empréstimos obtidos	24	253.968	455.680
Proveitos diferidos - subsídios do estado		143	148
Provisões	25	8.256	8.588
Impostos diferidos passivos	18.1	9.955	6.929
Total de passivos não correntes		272.322	471.345
Credores e acréscimos e diferimentos	26	403.372	404.500
Empréstimos obtidos	24	106.995	303.002
Impostos a pagar	18.3	4.274	4.356
Total de passivos correntes		514.641	711.858
Total de passivo, interesses minoritários e capital próprio		891.090	1.034.717

Para ser lido em conjunto com as Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em Anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.
MOVIMENTOS OCORRIDOS NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA

	Notas	Capital	Prestações suplementares	Diferenças de consolidação	Reservas reavaliação e outras reservas	Resultados retidos	Total do capital próprio
Balanço em 1 de Janeiro de 2001		149.639	29.014	204	22.000	(280.184)	(79.327)
Aumento de capital – incorporação de reservas		361				(361)	-
Diferença de conversão cambial do exercício de 2001	22				21.536		21.536
Reavaliações de terrenos para venda e afectos à exploração	22				(2.286)	1.408	(878)
Actualização dos instrumentos financeiros ao justo valor (IAS 39)	22				(1.353)		(1.353)
Alterações aos resultados transitados em 2000						3	3
Resultado do exercício de 2001						(90.672)	(90.672)
Balanço em 31 de Dezembro de 2001		150.000	29.014	204	39.897	(369.806)	(150.691)
Aumento de prestações suplementares			325.000				325.000
Diferença de conversão cambial do exercício de 2002	22				(20.132)		(20.132)
Dividendos pagos de 2001							-
Reavaliações de activos fixos							
- do exercício de 2002	22				4.798		4.798
- da transferência de terrenos para venda	22				(973)	973	-
Actualização dos instrumentos financeiros ao justo valor (IAS 39)					927		927
Alterações aos resultados transitados em 2001						(131)	(131)
Resultado do exercício de 2002						(57.129)	(57.129)
Balanço em 31 de Dezembro de 2002		150.000	354.014	204	24.517	(426.093)	102.642

Para ser lido em conjunto com as Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em Anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

	Notas	2002	2001
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2.165.897	2.038.893
Pagamentos aos fornecedores e ao pessoal		(2.240.691)	(1.848.965)
Caixa gerada pelas operações		(74.794)	189.928
Juros pagos		(52.542)	(47.650)
Imposto sobre o rendimento pago		263	(318)
Fluxos de caixa resultantes das actividades operacionais		(127.073)	141.960
Actividades de investimento			
Alienação de imobilizado corpóreo	13	8.786	(1.918)
Alienação de empresas do grupo e associadas	6	17.267	-
Alienação de outros investimentos		18.493	-
Juros recebidos		1.118	638
Dividendos recebidos		18	-
Aquisição de empresas do grupo e associadas		(39)	(130)
Aquisição de imobilizações corpóreas	13	(41.703)	(52.014)
Aquisição de imobilizações incorpóreas	14	(1.204)	(528)
Fluxos de caixa resultantes das actividades de investimento		2.736	(53.952)
Actividades de financiamento			
Recebimentos por aumento prestações suplementares de capital		325.000	-
Recebimentos relativos a outros empréstimos não correntes			(21.446)
Reembolso de empréstimos		(200.149)	(31.276)
Pagamento de dividendos	22.4	(2.858)	(2.846)
Fluxos de caixa resultantes das actividades de financiamento		121.993	(55.568)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(2.344)	32.440
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		63.363	27.822
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(2.344)	32.440
Efeito das variações cambiais		(6.795)	3.101
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20	54.224	63.363

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

Recheio, SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2002 e 2001

Índice das notas às demonstrações financeiras consolidadas	Página
1 Actividade	24
2 Políticas contabilísticas	24
3 Conciliação dos resultados operacionais POC com a demonstração por funções	30
4 Reporte por segmentos de actividade	30
5 Actividades descontinuadas	31
6 Alienação de negócios	32
7 Proveitos e custos suplementares	32
8 Outros custos operacionais	32
9 Custos com o pessoal	32
10 Custos financeiros líquidos	33
11 Imposto sobre o rendimento do exercício	33
12 Resultados não usuais	34
13 Imobilizações corpóreas	34
14 Imobilizações incorpóreas	35
15 Activos fixos detidos para venda	35
16 Devedores não correntes	35
17 Existências	36
18 Impostos	36
19 Devedores e acréscimos e diferimentos	37
20 Caixa e equivalentes de caixa	37
21 Interesses minoritários	37
22 Capital e reservas	38
23 Resultado básico acção	38
24 Empréstimos obtidos	39
25 Provisões	40
26 Credores e acréscimos e diferimentos	40
27 Instrumentos financeiros	40
28 Garantias	41
29 Compromissos de capital	41
30 Contingências	42
31 Partes relacionadas	42
32 Empresas do Grupo	42
33 Interesses em empreendimentos conjuntos	43
34 Eventos subsequentes à data do balanço	43
35 Reconciliação para os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal	43

1 Actividade

A Recheio, SGPS, S.A. (Recheio) é a empresa-mãe do Grupo Recheio (Grupo) e está sediada em Lisboa.

O Grupo dedica-se fundamentalmente à distribuição e venda de géneros alimentícios e outros produtos de grande consumo. O Grupo opera em Portugal e na Polónia.

2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das destas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas abaixo:

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrários, são expressos em milhares de euros (M EUR).

As demonstrações financeiras consolidadas da Recheio foram preparadas de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal, com as derrogações necessárias para estarem em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as interpretações da *Standings Interpretation Committee* (SIC) do IASB.

As demonstrações financeiras consolidadas da Recheio foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita aos terrenos incluídos em imobilizações corpóreas, os quais se encontram registados ao respectivo valor de reposição (para os fins a que se destinam) ou de mercado (para os activos fixos detidos para venda) e às partes de capital referidas na nota 2.9.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e assunções que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como, as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento do *management* em relação aos eventos e acções correntes, em última análise os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

2.2 Bases de consolidação

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2002, incluem os activos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, entendido como o conjunto da Recheio e das suas filiais e associadas, as quais são apresentadas na nota 31.

Participações financeiras em empresas do Grupo

Empresas do Grupo são as empresas controladas pela Recheio. Existe controlo quando a Recheio tem directa ou indirectamente, mais de metade dos direitos de voto, ou por outro lado, tem o poder de dirigir as políticas financeiras e operacionais da empresa com o objectivo de usufruir benefícios resultantes da sua actividade. Presume-se que existe controlo quando a percentagem de participação é superior a 50%.

As empresas do Grupo são incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido até à data em que o mesmo efectivamente termina. Na contabilização de aquisição de subsidiárias é utilizado o método da compra.

O custo da aquisição corresponde ao justo valor dos activos entregues, acções emitidas e passivos assumidos à data da aquisição, acrescido dos custos directamente imputáveis à aquisição.

As políticas contabilísticas seguidas pelas companhias no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, foram corrigidas no processo de consolidação por forma a assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Participações financeiras em empresas associadas

Empresas associadas são as empresas sobre cujas políticas financeiras e operacionais a Recheio exerce uma influência significativa. Presume-se que existe influência significativa quando a percentagem de participação é superior a 20%.

Estas participações financeiras são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, as demonstrações financeiras consolidadas incluem o interesse do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos da associada desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina.

Sempre que o total de perdas atribuíveis ao Grupo exceda o valor da participação financeira na associada, o Grupo não reconhece mais perdas, excepto quando tenha incorrido em obrigações ou tenha efectuado pagamentos em nome da associada.

Participações financeiras em empresas controladas conjuntamente

As empresas controladas conjuntamente são aquelas sobre as quais o Grupo exerce um controlo conjunto estabelecido por acordos parasociais.

Estas empresas são incluídas na consolidação pelo método da consolidação proporcional, ou seja, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parcela atribuível ao Grupo dos activos, passivos e resultados acumulados destas empresas desde a data em que o controlo conjunto se inicia até que ele efectivamente termina.

Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação positivas (*goodwill*) representam o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. As diferenças de consolidação negativas representam o excesso do justo valor dos activos e passivos identificáveis, à data da primeira consolidação ou da aquisição, sobre o valor de aquisição.

As diferenças de consolidação positivas geradas até 1991 encontram-se registadas no capital próprio. A partir de 1991, as diferenças de consolidação positivas relativas a empresas do Grupo encontram-se registadas nas imobilizações incorpóreas, sendo amortizadas ao longo de um período de 20 anos, seguindo as melhores práticas internacionais.

À data do balanço o Grupo deve avaliar se existe alguma indicação de imparidade. Se existir tal indicação, é efectuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo feita uma amortização extraordinária sempre que o valor contabilístico do *Goodwill* excede o seu valor recuperável (Nota 2.13).

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa entidade, excepto quando o negócio a que esse *Goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo.

Conversão para euros das demonstrações financeiras em moeda estrangeira

São consideradas como operações estrangeiras que são parte integrante das operações da JMH aquelas que levam a efeito os seus negócios como se fossem uma extensão das operações da empresa-mãe. As outras são consideradas como entidades estrangeiras.

As demonstrações financeiras de uma operação estrangeira que seja considerada como parte integrante das operações da JMH são convertidas para Euros utilizando o câmbio de fecho para os elementos monetários e os câmbios históricos para os elementos não monetários e para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respectivas transacções. A diferença cambial decorrente é reconhecida como um custo ou um proveito.

As demonstrações financeiras das entidades estrangeiras são convertidas para Euros utilizando o câmbio de fecho para os activos e passivos e os câmbios históricos para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respectivas transacções. A diferença cambial decorrente é registada directamente nos capitais próprios líquida do efeito gerado pelo instrumento de cobertura (ver política contabilística descrita na nota 2.6).

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O *Goodwill*, assim como os ajustamentos ao justo valor originados na aquisição de uma entidade estrangeira, são tratados como activos e passivos da entidade estrangeira e convertidos ao câmbio de fecho.

Saldos e transacções entre empresas do Grupo

Os saldos e as transacções, bem como ganhos não realizados, entre empresas do Grupo e entre estas e a empresa-mãe, são anulados na consolidação. Os prejuízos não realizados são também eliminados salvo se o custo não puder ser recuperado.

Ganhos não realizados decorrentes de transacções com empresas associadas ou empresas conjuntamente controladas são anulados na consolidação na parte atribuível ao Grupo. As perdas não realizadas são da mesma forma eliminadas salvo se proporcionarem prova de imparidade do activo transferido.

2.3 Reconhecimento do rédito

Vendas e prestações de serviços

Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador. Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço. Os proveitos relativos a compras de mercadorias são reconhecidos à medida que as mesmas são vendidas.

Subsídios

Os subsídios do governo só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por custos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por investimentos efectuados em activos imobilizados, são reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado, com um máximo de 10 anos.

Rendas

As rendas recebidas do arrendamento de activos fixos detidos para venda são reconhecidas em resultados como proveitos financeiros no período a que dizem respeito.

Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, dividendos, ganhos e perdas cambiais. Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos quando declarados.

2.4. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euros à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, excepto quando se tratam de activos e passivos que sejam classificados como de cobertura de investimentos em entidades estrangeiras, para os quais, as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios.

As principais cotações utilizadas à data do balanço foram as seguintes:

	Taxa em 31 de Dezembro de 2002	Taxa média do ano
Zloty da Polónia	€ 0,2487	€ 0,2596

2.5 Derivados e derivados embutidos

Na gestão dos seus riscos operacionais e financeiros o Grupo utiliza derivados com o único objectivo de cobertura desses riscos. De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo não utiliza derivados para negociação (especulação).

Os derivados embutidos são valorizados ao valor de mercado, sendo as alterações no justo valor registadas nos resultados do exercício.

2.6 Operações de cobertura

Risco de taxa de juro

Sempre que as expectativas de subida das taxas de juro se considerem elevadas, o Grupo procura contratar operações de fixação de taxa de juro por prazos longos através de contratação de *interest rate swaps* (IRS). Nas operações de *swap* de taxa de juro a diferença entre o valor de juros a receber e o valor de juros a pagar é considerada como custo ou proveito do exercício. Os ganhos ou perdas decorrentes de rescisão antecipada de acordo *swap* de taxa de juro são resultados quando da sua ocorrência.

Os juros dos financiamentos são periodificados com base na taxa efectiva do *swap*.

De acordo com o IAS 39, o valor de mercado do *swap*, correspondente ao montante que o Grupo teria de pagar ou receber para fechar a operação de *swap* na data do balanço é reconhecido nas demonstrações financeiras, sendo registado um activo/(passivo) por contrapartida do capital próprio.

Risco de taxa de câmbio

No que respeita à cobertura de risco cambial, o Grupo prossegue uma política de *hedge* natural recorrendo a financiamento local sempre que as condições de mercado (nomeadamente o nível das taxas de juro) o aconselham.

Investimentos em operações estrangeiras

A flutuação cambial associada a empréstimos em moeda estrangeira contraídos com o objectivo de cobertura de um investimento numa operação estrangeira é reconhecida directamente em reservas na rubrica de flutuação cambial (ver nota 2.2).

Os *swaps* cambiais efectuados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras são valorizados ao mercado, com base na respectiva cotação, sendo os ganhos ou perdas potenciais reconhecidos directamente em reservas na rubrica de flutuação cambial (Nota 2.2).

2.7 Imobilizações corpóreas

As imobilizações que não sejam terrenos são registadas ao custo de aquisição líquido das respectivas amortizações acumuladas e de perdas de imparidade (Nota 2.13).

A classe de activos terrenos encontra-se registada pelo valor reavaliado, determinado com base em avaliações efectuadas por peritos independentes.

Os aumentos ao valor contabilístico em resultado de reavaliações de terrenos são creditados em reservas de reavaliação nos capitais próprios do Grupo. As reduções que possam ser compensadas por anteriores reavaliações do mesmo activo, são movimentadas contra a respectiva reserva de reavaliação, as restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais (em resultados extraordinários na demonstração dos resultados apresentada de acordo com o POC). Quando activos reavaliados são vendidos, o montante que se encontra reconhecido em reservas de reavaliação é transferido para resultados transitados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destas imobilizações são registados como custos do exercício em que ocorrem. O custo com grandes reparações e remodelações de lojas são incluídas no valor contabilístico do activo sempre que é provável que benefícios económicos adicionais irão ser originados pelo activo.

Contratos de locação financeira

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira relativamente aos quais o Grupo assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo locado são classificados como imobilizações corpóreas.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo menor do justo valor do bem locado ou do valor actual das rendas de locação vincendas.

Os activos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo Grupo para as imobilizações corpóreas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos são imputados aos respectivos períodos durante o prazo de locação a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de amortização anual (em %) mais importantes são as seguintes:

	%
Terrenos	Não amortizados
Edifícios e outras construções	2-4
Equipamento básico	10-20
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	10-25

2.8 Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade (Nota 2.13).

Custos com *goodwill* gerado internamente e marcas próprias são registados na conta de resultados à medida em que são incorridos.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a executabilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas incluem custos de materiais utilizados, mão de obra directa e uma proporção de gastos gerais.

Despesas com programas de computador (software)

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de *Software* são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esse custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Outros activos incorpóreos

Despesas na aquisição de trespasses, marcas, patentes e licenças são capitalizadas sempre que seja expectável a sua utilização pelo Grupo.

Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual em % mais importantes são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Trespases e marcas comerciais	5-6,66

2.9 Investimentos financeiros

Partes de capital

As partes de capital detidas que não sejam participações em empresas do Grupo, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como investimentos financeiros disponíveis para venda e reconhecidos no balanço como activos não correntes.

Estes investimentos financeiros são contabilizados ao valor de mercado, entendido como o respectivo valor de cotação à data de balanço. Caso não exista um valor de mercado, as participações em causa são mantidas ao custo de aquisição. São constituídas provisões para redução de valor nos casos que se justificam.

As mais e menos valias potenciais resultantes são registadas directamente em reservas até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado anteriormente reconhecido no capital próprio é incluído no resultado líquido do período.

Sempre que as perdas potenciais representem mais de 20% do custo de aquisição dos investimentos financeiros disponíveis para venda, essas perdas são transferidas de reservas para a demonstração dos resultados.

Activos fixos detidos para venda

Os activos fixos detidos para venda são contabilizados ao valor de mercado determinado por entidades especializadas e independentes.

Alterações ao justo valor dos activos fixos detidos para venda são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com o IAS 40 e incluídos em resultados financeiros.

Sempre que, por alteração do uso esperado dos activos imobilizados corpóreos, estes são transferidos para a rubrica activos fixos detidos para venda, o valor de transferência corresponde ao valor a que estiver registado, que deverá corresponder ao valor de mercado a essa data.

2.10 Clientes e devedores

Os saldos de clientes e devedores são contabilizados pelo valor nominal deduzido de provisão necessária para os colocar ao seu valor líquido de realização esperado.

2.11 Existências

As existências são valorizadas ao menor do custo ou do valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido de provisões correspondentes a estimativas para perdas.

A sua valorização segue em geral o último preço de aquisição, o qual, atendendo à elevada rotação das existências, corresponde aproximadamente ao custo real que seria determinado com base no método FIFO.

2.12 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria.

2.13 Imparidade

Excepto quanto aos activos fixos detidos para venda (Nota 2.9), existências (Nota 2.11) e impostos diferidos activos (Nota 2.20), os activos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a avaliar indicações de eventuais perdas por imparidade.

Para as unidades geradoras de caixa com actividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos dependendo do segmento de negócio) o Grupo entende não efectuar a análise da imparidade porque os respectivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente.

É determinado o valor recuperável dos activos do Grupo para os quais existem indicações de potenciais perdas por imparidade.

Sempre que o valor contabilístico de um activo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de dívidas de médio e longo prazo corresponde ao valor actual dos futuros recebimentos esperados utilizando como factor de desconto a taxa de juro efectiva implícita na operação original.

Para os restantes activos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida numa dívida de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respectiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade.

Uma perda por imparidade reconhecida relativa a diferenças de consolidação positivas (*goodwill*) não é revertida.

As perdas por imparidade relativas a outros activos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.14 Acções próprias

As acções próprias adquiridas são contabilizadas, pelo valor de aquisição, como um abatimento ao capital próprio.

2.15 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.16 Empréstimos obrigacionistas

Outros empréstimos obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas são registados no passivo pelo valor nominal. Os custos com a emissão são reconhecidos no resultado do exercício ao longo da vida do empréstimo.

2.17 Pensões de reforma

Planos de contribuição definida

As contribuições do Grupo para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo quando efectuadas.

Planos de benefícios definidos

A responsabilidade do Grupo com planos de benefícios definidos é estimada anualmente, à data de fecho de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente.

O cálculo actuarial é efectuado utilizando o método de crédito da unidade projectada. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de juro das obrigações de médio e longo prazo sem risco sendo a responsabilidade assim determinada apresentada no balanço deduzida do valor dos activos dos fundos constituídos.

O custo normal do ano, o custo dos juros, o retorno dos activos do plano e os ganhos ou perdas actuariais são reconhecidos como custo ou proveito do exercício.

O efeito, na responsabilidade do Grupo com serviços passados, das melhorias dos planos é diferido pelo período de vida activa remanescente esperada dos trabalhadores, excepto quanto ao efeito atribuível aos pensionistas o qual é reconhecido como um custo do ano em que as melhorias são atribuídas.

2.18 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal para reestruturação tenha sido aprovado pelo Grupo e esta tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

2.19 Fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal.

2.20 Impostos sobre os lucros

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas directamente reconhecidos em reservas caso em que é também reconhecido directamente em reservas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre as diferenças de consolidação e as diferenças de reconhecimento inicial de um activo e passivo quando a mesma não afecta nem o resultado contabilístico nem o fiscal.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que deverá estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

2.21 Informação por segmentos

Segmento geográfico

Segmento geográfico é uma área individualizada do Grupo comprometida em prover produtos ou serviços dentro de um ambiente económico particular e que está sujeita a riscos e retornos que são diferentes de outras áreas que operam em outros ambientes económicos. Foram identificados como segmentos geográficos, Portugal e Polónia.

3 Conciliação dos resultados operacionais POC com a demonstração por funções

	2002	2001
EBITDA	71.139	38.456
Depreciações	(50.430)	(53.213)
Amortização de <i>goodwill</i>	(17.216)	(17.743)
EBIT	3.493	(32.500)
Ganhos/perdas não usuais (resultados operacionais POC)	(320)	(2.053)
Ganhos/perdas não usuais (resultados extraordinários POC)	241	253
Resultados operacionais na Demonstração por Funções	3.414	(34.300)
Descontos p.p. e comissões cartão de crédito (resultados financeiros POC)	(11.312)	(10.751)
Ganhos/perdas não usuais (resultados extraordinários POC)	(241)	(253)
Outros ganhos/perdas não usuais (resultados extraordinários POC)	1.125	332
Resultados operacionais POC	(7.014)	(44.972)

4 Reporte por segmentos de actividade

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos geográfico e de negócio do Grupo.

Os resultados, activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhes são directamente atribuíveis assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos. Os resultados, activos e passivos não directamente imputáveis aos segmentos consubstanciados na coluna "não alocado", referem-se essencialmente a operações financeiras e incluem ainda os ajustamentos de consolidação.

Informação detalhada referente aos segmentos

	DISTRIBUIÇÃO				NÃO ALOCADO		TOTAL	
	Portugal		Polónia		2002	2001	2002	2001
	2002	2001	2002	2001				
Proveitos com clientes externos								
Vendas	615.530	588.573	1.277.819	1.198.084	-	-	1.893.349	1.786.657
Prestações de serviços	422	418	7.177	5.110	-	-	7.599	5.528
	615.952	588.991	1.284.996	1.203.194	-	-	1.900.948	1.792.185
TOTAL DE PROVEITOS	615.952	588.991	1.284.996	1.203.194	-	-	1.900.948	1.792.185
RESULTADO DO SEGMENTO	25.585	22.626	(17.093)	(51.332)	(5.079)	(5.594)	3.414	(34.300)
Custos de financiamento líquidos							(37.871)	(50.483)
Ganhos / perdas em partes de capital							-	1
Ganhos na alienação de operações descontinuadas							(35.377)	-
RESULTADOS CORRENTES							(69.834)	(84.782)
Imposto sobre o rendimento do exercício							14.842	(3.047)
Interesses minoritários							(2.137)	(2.843)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							(57.129)	(90.672)
TOTAL DE ACTIVOS	351.014	323.552	508.068	591.498	32.008	119.667	891.090	1.034.717
TOTAL DE PASSIVOS	204.880	220.609	339.060	447.411	243.023	515.183	786.963	1.183.203
Fluxos de caixa de actividades operacionais							(127.073)	141.960
Fluxos de caixa de actividades de investimento							2.736	(53.952)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento							121.993	(55.568)
Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo	6.532	9.622	38.584	35.177	-	-	45.116	44.799
Amortizações e depreciações	15.760	16.202	46.581	49.183	5.305	5.571	67.646	70.956

5 Actividades descontinuadas

Durante o exercício de 2002 o Grupo alienou o negócio dos hipermercados Jumbo detidos pela participada JM Dystrybucja.

Os activos líquidos relativos ao negócio do Jumbo alienados em Outubro de 2002 eram de M.EUR 52.644.

Valores constantes da Demonstração dos Resultados Consolidada em 2002 e 2001:

	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	58.153	100.079
Resultados operacionais antes de não usuais	(7.187)	(15.172)
Resultados operacionais	(7.187)	(15.172)
Resultados antes de impostos	(7.187)	(15.172)
Resultados líquidos	(7.187)	(15.172)

O Grupo alienou em 2003 a participação detida no negócio do Eurocash na Polónia (Nota 34). Os valores de balanço constantes das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 deste negócio eram os seguintes:

	2002	2001
Activos não correntes	28.077	37.803
Activos correntes	39.682	27.343
Total do activo	67.759	65.146
Capital próprio	32.543	17.103
Passivos correntes	35.216	48.043
Total do passivo e capital próprio	67.759	65.146

Em termos de resultados e em sumário, os valores constantes da Demonstração dos Resultados em 2002 e 2001 integrados no consolidado do Grupo foram os seguintes:

	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	302.171	297.781
Resultados operacionais antes não usuais	(5.182)	(25.518)
Resultados operacionais	(4.766)	(25.518)
Resultados antes de impostos	(4.753)	(25.518)
Resultados líquidos	(4.753)	(25.518)

6 Alienação de negócios

Os activos do negócio de hipermercados Jumbo detidos pela participada JM Dystrybucja na Polónia foram alienados a Outubro de 2002. O valor de alienação foi de M EUR 17.267, pelo que a operação gerou uma menos-valia de M EUR 35.377. A contribuição deste negócio para o resultado consolidado foi de M EUR (7.187).

Efeito da alienação

Caixa (1)	-
Imobilizado	47.756
Existências	3.251
Dívidas a receber	1.637
Activos líquidos alienados	52.644
Mais/menos valias na alienação	(35.377)
Valor da alienação (2)	17.267
Valor a receber em Dezembro de 2002 (3)	-
Fluxo de caixa líquido em 31.12.2002 (2) - (3) - (1)	<u>17.267</u>

7 Proveitos e custos suplementares

Os proveitos suplementares respeitam a ganhos obtidos pelo Grupo com a distribuição de produtos de consumo, nomeadamente *rappel*, alugueres de espaço, participações em aniversários, aluguer de topos, descontos de pronto pagamento, etc. Os custos suplementares respeitam aos custos definidos nos proveitos, suportados pelas companhias a operar no segmento de indústria e serviços, bem como a custos com comissões de cartão de crédito.

8 Outros custos operacionais

	2002	2001
Amortização de <i>goodwill</i>	17.216	17.743
Impostos directos/indirectos não afectos à actividade operacional	768	1.621
	<u>17.984</u>	<u>19.364</u>

9 Custos com o pessoal

	2002	2001
Ordenados e salários	69.214	77.857
Segurança social	14.051	14.837
Custos com pensões	-	3
Outros custos com pessoal	6.573	6.683
	<u>89.838</u>	<u>99.380</u>

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação, indemnizações entre outros.

Do total de custos com pessoal, cerca de M EUR 4.124 correspondem aos custos com pessoal das filiais e associadas consolidadas através do método proporcional, cujo custo integral foi de M EUR 8.247.

O número médio de empregados do Grupo ao longo do ano foi de 14.782, dos quais:

	2002	2001
Portugal	2.314	2.315
Polónia	12.468	11.598
Total de empregados	<u>14.782</u>	<u>13.913</u>

Do total de empregados, cerca de 755 correspondem ao pessoal das filiais e associadas consolidadas através do método proporcional.

O número de empregados no final do ano 2002 era de 14.969 (2001: 14.079), dos quais 766 (2001: 744) correspondem ao pessoal das filiais e associadas consolidadas através do método proporcional.

10 Custos financeiros líquidos

	2002	2001
Custos financeiros		
Juros suportados	(37.321)	(47.821)
Provisões para aplicações financeiras	-	(7)
Outros custos financeiros (<i>swaps</i> , etc.)	(7.619)	(3.813)
	<u>(44.940)</u>	<u>(51.641)</u>
Proveitos financeiros		
Juros obtidos	1.052	512
Outros proveitos financeiros	5.881	64
	<u>6.933</u>	<u>576</u>
Resultados de diferenças cambiais	136	582
Custo financeiro líquido	<u>(37.871)</u>	<u>(50.483)</u>

Os outros proveitos financeiros incluem M EUR 5.810 relativos à valorização de instrumentos derivados embutidos, relacionados com contratos de arrendamento na Polónia (Nota 27.5).

11 Imposto sobre o rendimento do exercício

11.1 Imposto corrente

	2002	2001
Imposto corrente do exercício	(1.209)	(1.230)
Imposto diferido do exercício	15.315	(1.871)
Excesso / (insuficiência) de provisão	736	54
	<u>14.842</u>	<u>(3.047)</u>

11.2 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2002	2001
Resultados antes de imposto	(69.834)	(84.782)
Imposto calculado à taxa de 33%	23.045	29.843
Efeito das diferenças de taxa nos outros países	(347)	(11)
Resultados não sujeitos a imposto	(1.935)	(28.521)
Custos não dedutíveis	(3.818)	(4.108)
Impacto da redução da taxa de imposto	(407)	-
Insuficiências de estimativa do ano anterior	736	35
Outros	(2.432)	(285)
Imposto do ano	<u>14.842</u>	<u>(3.047)</u>
Taxa efectiva de imposto	21,3%	(3,7)%

A redução da taxa efectiva deve-se ao não reconhecimento de impostos diferidos activos sobre algumas das parcelas de prejuízos incorridos, nomeadamente sobre os prejuízos da Polónia.

12 Resultados não usuais

	2002	2001
Ganhos/perdas com encerramento de lojas	(79)	(684)
Outras perdas/ganhos não usuais	-	(1.116)
Resultados operacionais não usuais	(79)	(1.800)

13 Imobilizações corpóreas

13.1 Movimentos ocorridos no exercício

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento transporte e outros	Imobilizações curso e adiantamentos	Total
Saldo inicial	54.836	267.786	127.188	71.187	6.915	527.912
Diferenças cambiais	(1.804)	(23.550)	(10.414)	(7.009)	(636)	(43.413)
Outros aumentos	632	3.793	9.368	11.514	18.707	44.014
Reavaliação	7.965	-	-	-	-	7.965
Alienação de subsidiárias	(8.513)	(32.839)	(14.601)	(2.928)	-	(58.881)
Alienações	0	(127)	(1.093)	(706)	(52)	(1.978)
Transferências e abates	(5.276)	4.792	(5.463)	(1.798)	(16.022)	(23.767)
	47.840	219.855	104.985	70.260	8.912	451.852
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	54.151	64.729	46.509	-	165.389
Diferenças cambiais	-	(4.605)	(4.972)	(4.544)	-	(14.121)
Outros aumentos	-	17.173	15.617	12.241	-	45.031
Alienação de subsidiárias	-	(2.483)	(6.785)	(1.959)	-	(11.227)
Alienações	-	(2)	(706)	(632)	-	(1.340)
Transferências e abates	-	(4.979)	(9.431)	(5.425)	-	(19.835)
	-	59.255	58.452	46.190	-	163.897
Valor líquido						
Saldo em 1 de Janeiro de 2002	54.836	213.635	62.459	24.678	6.915	362.523
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	47.840	160.600	46.533	24.070	8.912	287.955

13.2 Equipamento em regime de locação financeira

O Grupo detém diverso equipamento sob o regime de locação financeira e outras formas equivalentes. Embora para o equipamento informático e equipamento de transporte o Grupo não vá exercer a opção de compra, outras condições dos contratos impõem a contabilização em imobilizações. Os pagamentos de locação financeira não incluem qualquer valor referente a rendas contingentes. As responsabilidades ainda não liquidadas relativas a contratos de locação financeira são referidas na nota 24.4. O valor dos bens em locação financeira é o seguinte:

	2002	2001
Equipamento de informática		
Imobilizações corpóreas	14.215	11.137
Amortização acumulada	(7.755)	(5.960)
	6.460	5.177
Equipamento de transporte		
Imobilizações corpóreas	1.755	1.449
Amortização acumulada	(541)	(389)
	1.214	1.060

13.3 Garantias

Não foram dados quaisquer activos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

13.4 Imobilizações corpóreas em curso

As imobilizações que se encontravam em curso em 31 de Dezembro de 2002 eram relativas a construção e remodelação de lojas e armazéns.

13.5 Reavaliações

O Grupo regista os terrenos afectos á actividade operacional ao valor de reposição. Os valores de reavaliação constantes das imobilizações corpóreas são de M EUR 23.121 (M EUR 16.183 em 2001), reflectida no capital próprio da seguinte forma:

	2002	2001
Reavaliação de terrenos	23.121	16.183
Impostos diferidos	(7.604)	(4.491)
Reavaliação líquida	<u>15.517</u>	<u>11.692</u>

14 Imobilizações incorpóreas

Movimentos ocorridos no exercício

	Goodwill	Despesas de instalação	Despesas de I&D	Software e propr. ind. out. dir.	Trespases	Total
Custo						
Saldo inicial	362.401	675	23.343	8.729	6.956	402.104
Aumentos	-	-	226	777	99	1.102
Redução por alienação de subsidiárias	-	-	-	(303)	-	(303)
Alienações	-	-	(395)	-	0	(395)
Transferências e abates	(9.764)	(388)	604	(734)	0	(10.282)
Diferença cambial	(21.674)	(72)	(2.954)	(992)	0	(25.692)
Saldo final	330.963	215	20.824	7.477	7.055	366.534
Amortizações						
Saldo inicial	68.982	355	8.027	5.749	2.042	85.155
Aumentos	15.321	182	4.438	1.324	472	21.737
Redução por alienação de subsidiárias	-	-	-	(200)	-	(200)
Alienações	-	-	(239)	-	-	(239)
Transferências e abates	(3.601)	(343)	(3)	(689)	-	(4.636)
Diferença cambial	(2.670)	(39)	(1.168)	(772)	-	(4.649)
Saldo final	78.032	155	11.055	5.412	2.514	97.168
Valor líquido						
Saldo em 1 de Janeiro de 2002	293.419	320	15.316	2.980	4.914	316.949
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	252.931	60	9.769	2.065	4.541	269.366

As amortizações do exercício do *goodwill* estão incluídas na rubrica de outros custos operacionais (ver nota 8) e as restantes amortizações estão incluídas nas rubricas de custos de distribuição e custos administrativos. As despesas de I&D correspondem essencialmente aos custos incorridos com o desenvolvimento dos projectos de sistemas de informação (SAP Retail e Data Warehouse).

15 Activos fixos detidos para venda

	2002	2001
Terrenos para venda	-	21.537

Os activos fixos detidos para venda, referem-se a terrenos inicialmente adquiridos para uso nas operações do Grupo, e outros que foram efectivamente utilizados nessas operações durante um certo período de tempo, mas que se tornaram redundantes por não ser possível neles construir unidades geradoras de caixa ou por se tornarem desnecessários para as operações efectuadas devido a reestruturações das mesmas.

16 Devedores não correntes

O saldo em 31 de Dezembro de 2002, M EUR 7.680 é relativo a liquidações adicionais de imposto efectuadas em 2002, sobre as quais já foi pedido o respectivo reembolso (Nota 30).

17 Existências

	2002	2001
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.341	1.840
Mercadorias	129.251	143.857
	<u>130.592</u>	<u>145.697</u>
Provisões para existências (Nota 25)	(4.365)	(14.338)
Existências líquidas	<u>126.227</u>	<u>131.359</u>

Não foram consignadas existências como garantia no cumprimento de obrigações contratuais.

18 Impostos

18.1 Impostos diferidos activos e passivos

Movimentos nas contas de impostos diferidos

	2002	2001
No início do exercício	43.497	44.190
Diferenças de conversão cambial	(967)	86
Reavaliações	(3.167)	460
Aquisições/alienações de subsidiárias	-	-
Outras	(667)	632
No resultado do exercício	15.315	(1.871)
No final do exercício	<u>54.011</u>	<u>43.497</u>

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	2002	2001
Imposto diferido activo	63.966	50.426
Imposto diferido passivo	9.955	6.929
	<u>54.011</u>	<u>43.497</u>

Movimento das diferenças temporárias no exercício

	01/01/2002	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Diferenças cambiais	31/12/2002
Impostos diferidos passivos					
Reavaliações de activos	5.914	(48)	3.181	-	9.047
Efeito da adopção do IAS 39	71	-	(71)	-	-
Outras diferenças temporárias	944	(36)	-	-	908
	<u>6.929</u>	<u>(84)</u>	<u>3.110</u>	<u>-</u>	<u>9.955</u>
Impostos diferidos activos					
Reavaliações de activos	-	31	14	-	45
Provisões além dos limites legais	3.408	(1.610)	-	-	1.798
Prejuízos a recuperar	33.705	22.994	-	(967)	55.732
Juros por pagar (Polónia)	11.411	(5.756)	-	-	5.655
Outras diferenças temporárias	1.902	(428)	(738)	-	736
	<u>50.426</u>	<u>15.231</u>	<u>(724)</u>	<u>(967)</u>	<u>63.966</u>

O Grupo reconheceu estes valores de impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais com base nas projecções elaboradas para os negócios respectivos que demonstram que serão realizados lucros fiscais futuros que assegurem a sua recuperabilidade.

18.2 Impostos diferidos não reconhecidos

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais, onde não se espera a ocorrência de lucros fiscais suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto diferido activo. O montante de imposto diferido activo que não foi reconhecido é de M EUR 63.248 (em 2001: M EUR 63.719). Não foram reconhecidos impostos diferidos activos sobre os prejuízos gerados em 2002, nas Companhias inseridas no Grupo Recheio em Portugal.

18.3 Impostos a recuperar e a pagar

Impostos a recuperar	2002	2001
IRC a receber	9	33
IVA a recuperar	4.191	4.960
	<u>4.200</u>	<u>4.993</u>
Impostos a pagar	2002	2001
IRC a pagar	122	-
IVA a pagar	1.405	1.261
IRS retido	562	744
Segurança social	1.946	2.133
Outros impostos	239	218
	<u>4.274</u>	<u>4.356</u>

19 Devedores e acréscimos e diferimentos

	2002	2001
Clientes comerciais	14.219	14.374
Empresas associadas e participadas	16.237	241
Saldos devedores de fornecedores	1.884	3.555
Pessoal	542	696
Outros devedores	9.392	6.893
Acréscimos de proveitos	29.049	48.392
Custos diferidos	5.659	8.964
	<u>76.982</u>	<u>83.115</u>

Os acréscimos de proveitos correspondem essencialmente ao reconhecimento de proveitos suplementares contratados com fornecedores, no montante de M EUR 23.460, e M EUR 5.565 relativos à valorização de instrumentos derivados embutidos, relacionados com contratos de arrendamento na Polónia (Nota 27.5).

A rubrica de custos diferidos é composta por M EUR 1.517 de rendas pagas antecipadamente, M EUR 1.707 de custos com emissão de obrigações e aberturas de crédito, de M EUR 1.556 de juros de empréstimos bancários pagos antecipadamente e M EUR 879 de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2002, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

20 Caixa e equivalentes de caixa

	2002	2001
Depósitos à ordem	53.668	62.859
Caixa e equivalentes de caixa	556	504
	<u>54.224</u>	<u>63.363</u>

21 Interesses minoritários

	2002	2001
Saldo a 1 de Janeiro	2.205	2.207
Resultado exercício	2.137	2.843
Dividendos pagos	(2.857)	(2.845)
Saldo a 31 de Dezembro	<u>1.485</u>	<u>2.205</u>

22 Capital e reservas

22.1 Movimentos ocorridos em reservas

	Terrenos e edifícios	Terrenos e edifícios para venda	Hedging reserve	Reservas cambiais	Outras	Total
Balanco em 1 de Janeiro de 2001	12.570	1.408	-	8.022	-	22.000
Reavaliações:						
- Valor bruto	(1.337)					(1.337)
- Imposto diferido	459					459
Actualização dos instrumentos financeiros ao justo valor (IAS 39):						
- Valor bruto			(2.020)			(2.020)
- Imposto diferido			667			667
Diferença de conversão cambial:						
- Do exercício				23.744		23.744
- Imposto diferido				(2.208)		(2.208)
Transferência da reserva de reavaliação de terrenos p/ venda p/ resultados transitados		(1.408)				(1.408)
Balanco em 31 de Dezembro de 2001	11.692	-	(1.353)	29.558	-	39.897
Terrenos transferidos para venda:						
- Valor bruto	(1.027)					(1.027)
- Imposto diferido	54					54
Reavaliações:						
- Valor bruto	7.965					7.965
- Imposto diferido	(3.167)					(3.167)
Actualização dos instrumentos financeiros ao justo valor (IAS 39):						
- Valor bruto			1.594			1.594
- Imposto diferido			(667)			(667)
Diferença de conversão cambial:						
- Do exercício				(19.165)		(19.165)
- Imposto diferido				(967)		(967)
Balanco em 31 de Dezembro de 2002	15.517	-	(426)	9.426	-	24.517

22.2 Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 30.000.000 acções ordinárias (2001: 30.000.000). Todas as acções têm um valor nominal de Euro 5 (cinco Euros).

22.3 Reserva de flutuação cambial

A reserva de flutuação cambial reflecte todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das empresas do Grupo classificadas como operações estrangeiras conforme política contabilística descrita na nota 2.2.

22.4 Dividendos

Os dividendos distribuídos em 2002 correspondem a dividendos pagos aos minoritários que participam no Recheio.

23 Resultado básico acção

O cálculo do resultado básico por acção baseia-se no prejuízo líquido atribuível aos accionistas ordinários de M EUR 57.129 (2001: prejuízo de M EUR 90.672) e no número médio ponderado de acções ordinárias pendentes no período de 30.000.000 (2001: 30.000.000).

	2002	2001
Resultado por acção – Euros	(1,9043)	(3,0224)

24 Empréstimos obtidos

Esta nota fornece informação sobre os termos de contratos dos empréstimo do Grupo e outro tipo de formas de financiamento. Para mais informação relativamente à exposição do Grupo aos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio, ver nota 27.

24.1 Empréstimos correntes e não correntes

	2002	2001
Empréstimos não correntes		
Empréstimos bancários	150.065	150.000
Empréstimos por obrigações	99.760	149.640
Empréstimos de associadas	-	152.632
Responsabilidades com locação financeira	4.143	3.408
	253.968	455.680
Empréstimos correntes		
Empréstimos por obrigações	49.880	-
Descobertos bancários	53.580	15.913
Empréstimos bancários – curto prazo	-	103.402
Empréstimos de empresas participantes e participadas	-	180.714
Responsabilidades com locação financeira – curto prazo	3.535	2.973
	106.995	303.002

24.2 Termos e prazo de reembolso dos empréstimos

	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos bancários				
Papel comercial	5,16%	150.000	-	150.000
Cross Currency Swap PLN	6,62%	65	-	65
Empréstimos por obrigações	3,42%	149.640	49.880	99.760
Descobertos bancários	3,99%	53.580	53.580	-
Responsabilidades com locações financeiras	6,58%	7.678	3.535	4.143
Empresas participantes e participadas				
Empréstimo da Ahold	4,99%	31.850	31.850	-
Outros		2.070	2.070	-
Outros empréstimos		765	-	765
		360.963	106.995	253.968

24.3 Empréstimos obrigacionistas

	2002	2001
Obrigações não convertíveis	149.640	149.640

As obrigações não convertíveis repartiam-se da seguinte forma em 31 de Dezembro de 2002:

- Emissão em Agosto e Setembro de 1998, respectivamente, de 30 milhões de obrigações Recheio, SGPS, SA, ao valor nominal de 1.000\$, que após conversão passaram a 14.963.936.912 obrigações com valor nominal de 0,01 euro, divididas em duas séries:

1ª Série: 9.975.957.941 obrigações com maturidade em Agosto de 2005;

2ª Série: 4.987.978.971 obrigações com maturidade em Setembro de 2003. A taxa de juro é fixa de 3,555%.

24.4 Responsabilidades com locação financeira

	2002	2001
Pagamentos até 1 ano	4.018	3.477
Pagamentos entre 1 e 5 anos	4.315	3.421
	<u>8.333</u>	<u>6.898</u>
Pagamento de juros futuros	(655)	(517)
Valor presente das responsabilidades	<u>7.678</u>	<u>6.381</u>

25 Provisões

	Saldo em 01/01/2002	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Diferença cambial	Saldo em 31/12/2002
Devedores duvidosos	40.500	636	(3.530)	(2.282)	35.324
Existências	14.338	1.255	(9.967)	(1.261)	4.365
Outros riscos e encargos	8.588	971	(186)	(1.117)	8.256
Total	<u>63.426</u>	<u>2.862</u>	<u>(13.683)</u>	<u>(4.660)</u>	<u>47.945</u>

A provisão para riscos e encargos inclui essencialmente valores provisionados para processos de contencioso e para custos com encerramento de lojas planeados.

26 Credores e acréscimos e diferimentos

	2002	2001
Outros credores comerciais	356.343	334.882
Outros credores não comerciais	18.610	24.876
Acréscimos de custos	18.226	33.109
Proveitos diferidos	10.193	11.633
	<u>403.372</u>	<u>404.500</u>

A rubrica de "acréscimos de custos" é composta essencialmente pelo montante de remunerações a liquidar ao pessoal de M EUR 5.838, juros a pagar no valor de M EUR 2.080, *rappel* a pagar a clientes no valor de M EUR 1.647 e publicidade no valor de M EUR 226. Os restantes M EUR 8.435 correspondem a diversos custos (seguros, consultores, rendas, etc), relativos ao exercício de 2002, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

A rubrica de "proveitos diferidos" é composta essencialmente por proveitos suplementares que são diferidos até ao momento da venda da respectiva mercadoria.

27 Instrumentos financeiros

27.1 Risco de taxa de juro

Sempre que as expectativas de subida das taxas de juro se considerem elevadas, o Grupo procura contratar operações de fixação de taxa de juro por prazos longos pela contratação de *interest rate swaps* (IRS). Nas operações de *swap* de taxa de juro a diferença entre o valor de juros a receber e o valor de juros a pagar é considerada com custo ou proveito do exercício. Os ganhos ou perdas decorrentes de rescisão antecipada de acordo *swap* de taxa de juro são resultados quando da sua ocorrência.

O *swaps* de taxa de juro activo em 31 de Dezembro de 2002 era o seguinte:

Empréstimo obrigacionista	Recheio 98 - 2ª Série
Montante emitido	49.880
Maturidade	Setembro de 2003
Taxa de juro fixa	3,355%

O *swap* tem um período de maturidade idêntico aos empréstimos.

27.2 Risco de taxa de câmbio

No que respeita à cobertura de risco cambial, o Grupo prossegue uma política de *hedge* natural recorrendo a financiamento local sempre que as condições de mercado (nomeadamente o nível das taxas de juro) o aconselham. O Grupo fechou contratos de *swap* cambial e de taxa de juro com o mesmo propósito.

As operações contratadas activas em 31 de Dezembro de 2002 eram as seguintes:

Swap cambial EUR/PLN

Notional:	PLN 420.730.000
Taxa de câmbio contratada:	3,8330
Maturidade:	Fevereiro de 2004
Taxa de juro PLN:	10,78%

27.3 Cobertura de investimentos em empresas subsidiárias no estrangeiro

Investimento na Polónia

O Grupo havia iniciado em 05/Fev/1999 uma operação de Swap Cambial, financiando-se a taxa fixa em Zloty (PLN) e aplicando a taxa variável em Euros (EUR) no valor de 100.000.000 Euros.

Durante o ano de 2002, encerrou-se a operação iniciada em 1999, e estruturou-se um novo programa de cobertura cambial, igualmente para um montante de 100.000.000 Euros, equivalente a 398.500.000 PLN. Sobre parte desse montante, 85%, o Recheio fica a pagar taxa variável em Zloty acrescida de spread (12.5 p.b.), e a receber taxa variável em Euros. Nesta tranche o câmbio de referência é de 3.9850. Nos restantes 15%, o Recheio fica a pagar taxa variável em Zloty deduzida de spread (20 p.b.), e a receber taxa variável em Euros. Nesta tranche, o Recheio tem hipótese de acumular o montante em Zloty à taxa de 3.8275, dependente da frequência com que o câmbio EUR-PLN se fixar dentro do intervalo 3,50-4,32.

O impacto do cancelamento da operação de Swap Cambial EUR/PLN em 2002, foi um custo financeiro adicional de M EUR 8.472 em juros suportados.

No exercício de 2002 não foi reconhecido qualquer valor em reservas resultante de variação cambial (M EUR 1.497 em 2001).

27.4 Justo valor dos instrumentos financeiros

Os justos valores dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2002, líquidos de impostos diferidos eram os seguintes:

	2002	2001
<i>Swaps</i> de taxa de juro favoráveis	-	143
<i>Swaps</i> de taxa de juro desfavoráveis	(426)	-
<i>Swaps</i> de taxa de câmbio desfavoráveis	-	(1.496)
Valor registado em reservas (nota 21)	<u>(426)</u>	<u>(1.353)</u>

27.5 Derivados embutidos

O Grupo, através da sua subsidiária Pitt Sp. Zo.o, localizada na Polónia, tem contratos de arrendamento de lojas na posição de arrendatário, que se encontram denominados em Euros, moeda diferente da moeda local (Zloty). O justo valor destes derivativos embutidos resultam da diferença entre valor dos *cashflows* futuros descontados resultante do pagamento das rendas, determinados com base nas taxas de câmbio *forward* (Euro/Zloty) na data da celebração dos contratos e as taxas de câmbio *forward* na data do balanço. O valor actual deste derivado em 31 de Dezembro de 2002 era de M EUR 5.810, cujo impacto se encontra reflectido em proveitos financeiros neste exercício.

28 Garantias

Os financiamentos correspondentes a descobertos bancários encontram-se garantidos por livranças endossadas aos bancos respectivos.

Para além destas garantias existem outras, tais como:

Garantias prestadas à EDP	187
Garantias prestadas a fornecedores	1.349
Outras garantias prestadas (Nota 30)	461

29 Compromissos de capital

Os compromissos relativos a investimentos a realizar eram de M EUR 871, e respeitam a leasing operacional com equipamento informático.

30 Contingências

Na sequência do processo de regularização excepcional de dívidas fiscais, e seguindo uma política de minimização de riscos, decidiu a Administração do grupo proceder ao pagamento das liquidações adicionais de imposto apresentadas pela Administração Tributária (conforme nota 30 do anexo às contas de 2001), beneficiando assim de uma redução de custos diversos tais como garantias bancárias, e total anulação de eventuais juros de mora e compensatórios.

Não obstante o desembolso efectuado, e com o apoio dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, a Administração do grupo entende que lhe assiste inteira razão e mantém as reclamações que apresentou contra essas liquidações, não prescindindo do seu legítimo direito de contestação das mesmas e expectativa de recuperação integral.

Neste contexto, foi já solicitado o reembolso da totalidade das importâncias pagas, bem como dos juros indemnizatórios à taxa legal, pelo período decorrido entre a data do seu pagamento e da sua efectiva restituição.

O montante de M EUR 7.680, antecipado pelo Grupo e objecto de pedido de reembolso, encontra-se reflectido nas demonstrações financeiras em outras contas a receber de médio e longo prazo (Nota 16). Seguindo o princípio da prudência, o Grupo não irá reconhecer o valor dos juros indemnizatórios sobre este crédito.

Parte do valor acima referido – cerca de M EUR 1.174 – foi pago através de dação em pagamento de imóveis, avaliados para esse efeito pela Administração Fiscal.

A Administração fiscal reclama da Recheio, SGPS, SA os montantes de M EUR 1.753 e 1.724 relativos, respectivamente, a liquidações oficiosas de IVA e de IRC, que têm como fundamento, por um lado, a utilização do método de dedução do IVA da afectação real, e, por outro, tributação em IRC de dividendos pagos à Recheio, SGPS, SA pela sua participada PSQ - Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda. A Administração da Recheio, com o apoio dos seus consultores fiscais, considera que lhe assiste inteira razão nas duas matérias, tendo já contestado ambas as liquidações, pelo que não foram constituídas quaisquer provisões.

31 Partes relacionadas

31.1 Transacções com administradores e directores

Os Administradores e Directores têm direito a receber um complemento de pensão assegurado por seguro de pensões que corresponderá a um máximo de 30% da sua remuneração ilíquida à data da reforma. Este complemento é assegurado por uma empresa subsidiária ao Grupo.

31.2 As remunerações atribuídas aos gerentes

	2002	2001
Gerentes	237	484

32 Empresas do Grupo

O controlo do Grupo é assegurado pela empresa-mãe, Recheio, SGPS, S.A..

Nos quadros apresentados a seguir, incluem-se as empresas que fazem parte do Grupo Recheio. Estes quadros foram organizados de acordo com o método de consolidação aplicado e, no caso de exclusão, divulgam os motivos aplicáveis.

a) Método integral

Companhia	Actividade	Sede	% Capital Detido
Recheio, SGPS, S.A.	Gestão de participações financeiras na área da distribuição por grosso e retalho	Lisboa	
Recheio-Cash & Carry, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Porto	100,00
Noredis - Sociedade de Representações e Distribuição do Norte, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares	Lisboa	100,00
Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	100,00
A. Soares Mendes, Lda	Comércio por grosso de produtos alimentares	Amarante	100,00
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	100,00
J.P.S. - Gestão de Imóveis, S.A.	Compra e venda de bens imóveis	Braga	100,00
Bivol - Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	100,00
PSQ-Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda	Prestação de serviços nas áreas económica e financeira e gestão de investimentos	Funchal	89,00
Belegginmaatschappij Tand B.V.	Sociedade de serviços financeiros	Rotterdam (Holanda)	100,00
Jerónimo Martins Dystrybucja Sp. zo.o	Comércio a retalho e por grosso de produtos alimentares e de consumo	Poznan (Polónia)	100,00
Tip Marken - Discount Handelsgesellschaft mbh	Gestão de participações sociais	Sarstedt (Alemanha)	100,00
PITT Sp. zo.o	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Poznan (Polónia)	100,00
Eurocash Sp. Zo.o (ex. JM Polska Sp. Zo.o)	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Poznan (Polónia)	100,00

b) Método proporcional

Companhia	Actividade	Sede	% Capital Detido
Funchalgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Gestão de participações sociais	Funchal	50,00
João Gomes Camacho, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Funchal	50,00
Lidosol II – Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Funchal	50,00
Idole – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	50,00
Lidinvest – Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de imóveis	Funchal	50,00
Lidogest – Gestão de Espaços Comerciais, S.A.	Gestão e administração de imóveis	Funchal	50,00

33 Interesses em empreendimentos conjuntos

O Grupo detém interesses nos seguintes empreendimentos conjuntos:

- Funchalgest – Este Grupo tem como objecto actividades de comércio de retalho e de cash & carry, sendo proprietária de uma cadeia de 13 lojas e um cash & carry na região autónoma da ilha da Madeira. O Grupo JMR detém uma participação de 50% do Grupo Funchalgest.
- Lidogest – Esta empresa tem como objecto a gestão e administração de imóveis. O Grupo JMR tem 50 % do capital desta empresa.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os seguintes montantes relativos aos activos e passivos apropriados como resultado da sua participação nos empreendimentos conjuntos acima referidos, consolidados pelo método proporcional:

	2002	2001
Activos	31.852	32.986
Passivos	28.246	29.388
Proveitos e ganhos	53.178	53.808
Custos e perdas	(51.963)	(53.552)

34 Eventos subsequentes à data do balanço

Em 3 de Fevereiro o Recheio, através da sua participada Jerónimo Martins Dystrybucja Sp.zo.o, assinou um acordo com vista à alienação de 100% da participação no Eurocash Sp.zo.o a um grupo de actuais e antigos colaboradores desta empresa, em operação de management buy-out, concluída com efeitos a 1 de Março de 2003.

Estima-se que o valor desta operação ascenda a um montante aproximado de cerca de M EUR 30.000, cujo pagamento não será imediato, mas sim diferido e parcialmente em função da performance do próprio negócio.

Apesar do acordo estabelecer a alienação de 100% do capital do Eurocash, por razões que se prendem com a recuperabilidade do crédito, o Recheio manterá alguma influência no controlo da sociedade durante o período em que o crédito subsistir. As normas contabilísticas implicam o tratamento deste acordo como se de uma associada se tratasse.

Periodicamente proceder-se-á à análise e aferição da performance operacional do Eurocash, bem como à revisão dos pressupostos que serviram de base ao apuramento do preço e do risco intrínseco do negócio, o que se consubstanciará em testes de impairment ao valor do investimento. Sempre que se verifiquem diferenças relevantes entre os valores que serviram de pressupostos para o apuramento do valor do investimento e os efectivamente verificados, será constituída uma provisão para o mesmo.

35 Reconciliação para os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal

As diferenças entre os princípios contabilísticos adoptados pelo Grupo e os princípios geralmente aceites em Portugal são os seguintes:

- O Grupo contabiliza em resultados do exercício as reavaliações de activos detidos para venda (IAS 40), quando de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal, as reavaliações são registadas por contrapartida de reservas no capital próprio;
- Grupo detém instrumentos financeiros, nomeadamente swaps para fixação de taxa juro e taxa de cambio (Nota 2.6e 27.4) e derivados embutidos (Nota 2.5 e 27.5), que reconhece nas suas demonstrações financeiras pelo seu justo valor, de acordo com o IAS 39. Os princípios aceites em Portugal são omissos nesta matéria.

A informação abaixo apresentada corresponde ao efeito que resultaria nas principais rubricas das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo caso não tivessem sido derogados os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Balço em 31 de Dezembro de 2002			
	Demonstrações financeiras consolidadas	Ajustamentos resultantes em derrogações ao POC	Dem. de acordo com princípios geralmente aceites em Portugal
ACTIVO			
Imobilizações incorpóreas	269.366		269.366
Imobilizações corpóreas	287.955		287.955
Investimentos financeiros	490		490
Existências	126.227		126.227
Dívidas de terceiros – médio e longo prazo	7.680		7.680
Dívidas de terceiros – curto prazo	46.474		46.474
Depósitos bancários e caixa	54.224		54.224
Acréscimos e diferimentos	98.674	(5.565)	93.109
Total do activo	891.090	(5.565)	885.525
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	150.000		150.000
Reservas e resultados transitados	9.771	672	10.443
Resultado líquido do exercício	(57.129)	(5.810)	(62.939)
Total do capital próprio	102.642	(5.138)	97.504
Interesses minoritários	1.485		1.485
PASSIVO			
Provisões para riscos e encargos	8.256		8.256
Dívidas a terceiros – médio e longo prazo	253.968		253.968
Dívidas a terceiros – curto prazo	486.222		486.222
Acréscimos e diferimentos	38.517	(427)	38.090
Total do passivo	786.963	(427)	786.536
Total do capital próprio, int. min. e passivo	891.090	(5.565)	885.525
Balço em 31 de Dezembro de 2001			
	Demonstrações financeiras consolidadas	Ajustamentos resultantes em derrogações ao POC	Dem. de acordo com princípios geralmente aceites em Portugal
ACTIVO			
Imobilizações incorpóreas	316.949		316.949
Imobilizações corpóreas	362.523		362.523
Investimentos financeiros	21.989		21.989
Existências	131.359		131.359
Dívidas de terceiros – curto prazo	30.752		30.752
Depósitos bancários e caixa	63.363		63.363
Acréscimos e diferimentos	107.782	(951)	106.831
Total do activo	1.034.717	(951)	1.033.766
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	150.000		150.000
Reservas e resultados transitados	(210.019)	1.553	(208.466)
Resultado líquido do exercício	(90.672)	(199)	(90.871)
Total do capital próprio	(150.691)	1.354	(149.337)
Interesses minoritários	2.205		2.205
PASSIVO			
Provisões para riscos e encargos	8.588		8.588
Dívidas a terceiros – médio e longo prazo	455.680		455.680
Dívidas a terceiros – curto prazo	667.116		667.116
Acréscimos e diferimentos	51.819	(2.305)	49.514
Total do passivo	1.183.203	(2.305)	1.180.898
Total do capital próprio, int. min. e passivo	1.034.717	(951)	1.033.766

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

**Bernardes, Sismeiro
& Associados, SROC, Lda.**
Avenida da Liberdade, 245 - 7º C
1250 - 143 Lisboa
Portugal
Tel +351 21319 70 00
Fax +351 21316 11 12

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Recheio, SGPS, SA.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, (que evidencia um total de 891.090 milhares de euros, um total de interesses minoritários de 1.485 milhares de euros e um total de capital próprio de 102.642 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 57.129 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

BERNARDES SISMÊIRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de **Recheio, SGPS, SA.** em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, derogados para ficarem em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, conforme referido na nota 2.1, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Recheio, SGPS, SA.

BERNARDES SÍSMEIRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Ênfases

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

- i) a Recheio, SGPS, SA. passou a apresentar uma nota reconciliando as suas demonstrações financeiras com as que resultariam caso não fossem derogados os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, pelo que já não se justifica a manutenção da reserva expressa nos relatórios anteriores;
- ii) as notas às demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os requisitos de divulgação das normas internacionais de contabilidade, não contendo, quando aplicável, qualquer referência às notas requeridas pelo Plano Oficial de Contabilidade e exigidas para efeitos de apresentação de contas em Portugal.

Lisboa, 6 de Março de 2003

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

José Manuel de Oliveira Vitorino, R.O.C.

**Bernardes, Sismeiro
& Associados, SROC, Lda.**
Avenida da Liberdade, 245 - 7º C
1250 - 143 Lisboa
Portugal
Tel +351 21319 70 00
Fax +351 21316 11 12

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de Recheio, SGPS, SA. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da Empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada, em anexo, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração nos termos do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

Recheio, SGPS, SA.



5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório Consolidado de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Lisboa, 6 de Março de 2003

O Fiscal Único

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

José Manuel de Oliveira Vitorino, R.O.C.

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

No dia dois de Maio do ano dois mil e três, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu, na sede social, sita na Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 9, Letra J, em Lisboa, a Assembleia Geral Anual de "Recheio, SGPS, S.A.", com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2002;

Ponto 2 - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

Ponto 3 - Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as contas consolidadas respeitantes ao exercício de 2002;

Ponto 4 - Proceder à apreciação geral de administração e fiscalização da sociedade;

Ponto 5 - Deliberar sobre a realização de prestações suplementares de capital a efectuar pela sócia Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

(...)

Foi então que o Presidente da Mesa pôs à votação o relatório de gestão e as contas do exercício de 2002, que apresentaram um resultado líquido de € 5.780.722,16.

Postos a votação, foram aqueles documentos aprovados por unanimidade.

Entrando no segundo ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa leu a seguinte proposta de aplicação de resultados:

Reservas Legais. 289.036,11 EUR.

Resultados Transitados. 5.491.686,05 EUR.

Posta à votação, foi esta proposta aprovada por unanimidade.

Passando ao terceiro ponto da ordem de trabalhos e atentas as explicações já dadas anteriormente, o Senhor Presidente da Mesa pôs à votação o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas respeitantes ao exercício de 2002 tendo todos os referidos documentos sido aprovados por unanimidade.

(...)

Nada mais havendo a deliberar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, lavrando-se acta que vai ser assinada pelos componentes da Mesa.
